

A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana¹

ANA MARGARIDA ARRUDA²

CATARINA VIEGAS³

PATRICIA BARGÃO⁴

RAUL PEREIRA⁵

Resumo

No conjunto dos materiais recolhidos ao longo das nove campanhas de trabalhos arqueológicos realizados no Castelo de Castro Marim, destacam-se, pelo seu número, as ânforas. Presentes, em grandes quantidades, em todos os momentos da diacronia, integram tipos vários, sendo também variados os seus conteúdos. Neste trabalho, serão apresentados os exemplares que terão transportado preparados piscícolas, desde a Idade do Ferro à época romana. Este conjunto específico de ânforas é tratado quanto à forma, e aos centros produtores, estes últimos avaliados pelas características de fabrico identificadas macroscopicamente e pelas análises químicas de pastas, que foram já realizadas. Pretende-se discutir as continuidades e discontinuidades quanto aos lugares de abastecimento da população de Castro Marim destes produtos, tendo também em consideração os contextos arqueológicos de recolha e a sua cronologia.

Résumé

Parmi tout le matériel archéologique recueilli au long des neuf campagnes de fouille réalisées sur le site du Castelo de Castro Marim, les amphores se détachent par leur grand nombre. Elles sont en effet largement présentes dans tous les niveaux historiques et correspondent à des types et à des contenus variés. Ici, sont réunies celles qui ont transporté des produits piscicoles, depuis l'âge du Fer jusqu'à l'époque romaine. Les auteurs ont étudié la forme et la provenance de chaque type d'amphore, en s'appuyant sur une analyse macroscopique et quelques analyses chimiques, déjà réalisées, des types de fabrication. Leur objectif est de préciser les continuités et les ruptures de ce ravitaillement destiné à la population de Castro Marim, en prenant en compte le contexte archéologique et la chronologie du site.

«Por isso não garanto certezas: quanto muito, posso revelar o grau de conhecimentos que tenho da questão no momento em que escrevo. Ajuíze-se pelas minhas citações se eu soube ou não escolher em que apoiar a minha posição...Não faço a conta ao que tomo de outrém, peso-o. E se tivesse querido valorizar as citações pelo seu número, bem poderia ter metido duas vezes mais»

Montaigne

1 - Trabalho realizado no âmbito do projecto «Castro Marim e o seu território imediato durante a Antiguidade», aprovado e financiado pela FCT, no quadro do POCTI, participado pelo Fundo Comunitário FEDER.

2 - Investigadora da UNIARQ. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Alameda da Universidade. 1600-214 Lisboa. Portugal. a.m.arruda@fl.ul.pt

3 - Investigadora da UNIARQ. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Alameda da Universidade. 1600-214 Lisboa. Portugal. c.viegas@fl.ul.pt

4 - Licenciada em História, variante de Arqueologia. Colaboradora da UNIARQ. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Alameda da Universidade. 1600-214 Lisboa. Portugal. patricia_bargao@mail.pt

5 - Licenciado em História, variante de Arqueologia.

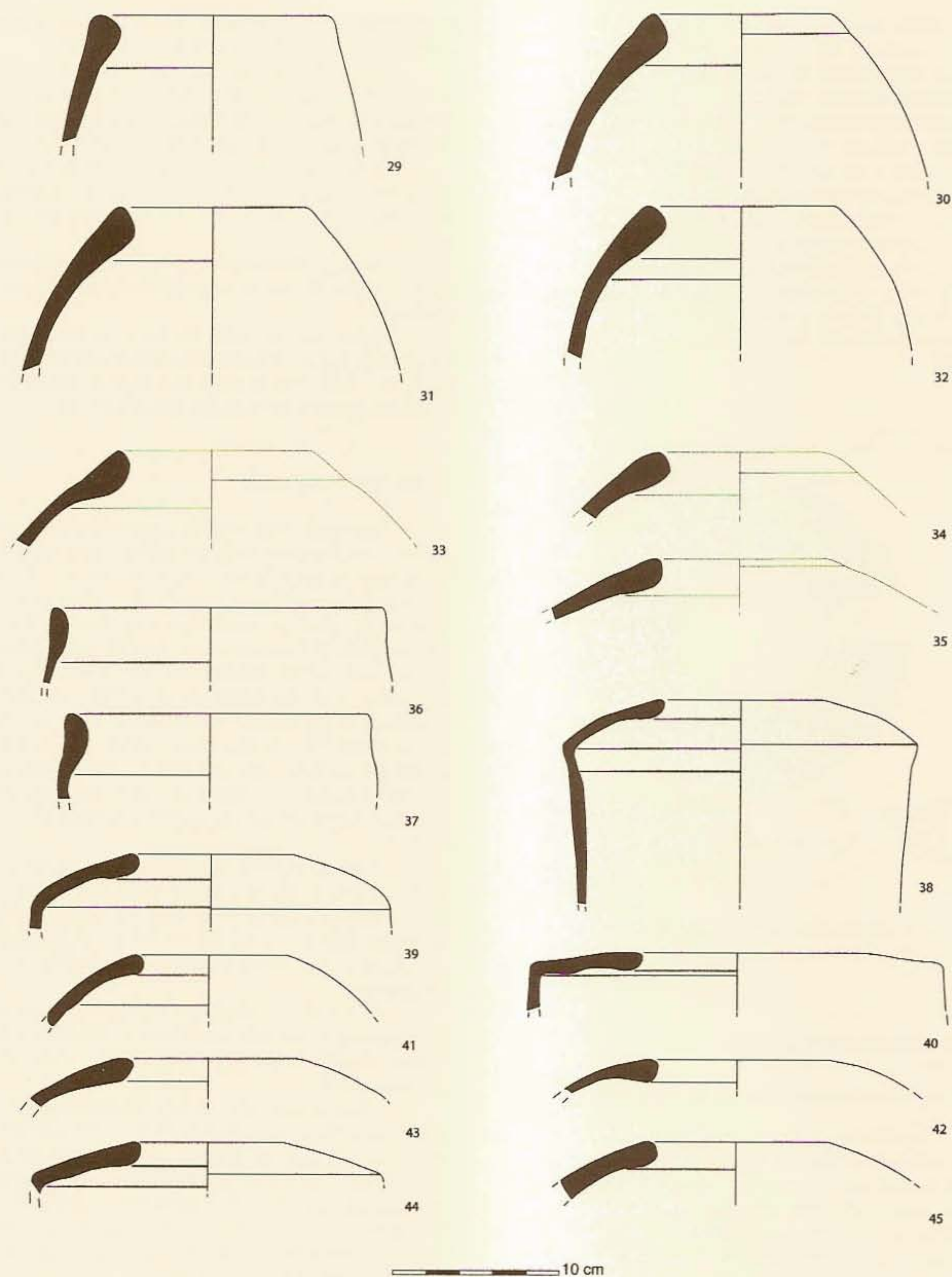


Fig. 6 - N^os 29 a 32: ânforas da forma Maña Pascual A4 evoluida; n^os 33 a 35: ânforas da forma D de Pellicer; n^os 36 e 37: ânforas do T.9.1.1.1 de Ramon Torres; n^os 38 a 45: ânforas da forma Castro Marim 1.

4.1.2.3. As Castro Marim 1

Dentro do conjunto das ânforas tardo-republicanas, destaca-se a presença de uma forma punicizante, de características singulares, abundantemente representada no Castelo de Castro Marim.

Trata-se de um conjunto de 130 bordos, de pequeno diâmetro, paredes rectas horizontais, sem espessamento ou com um leve engrossamento na extremidade do bordo, constituindo uma espécie de disco. O corpo é cilíndrico e estreito, de paredes rectas e a ligação entre o corpo e o bordo é efectuada por uma carena, formando um ângulo próximo dos 90° (Figura 6, nºs 38 a 45).

Os exemplares exumados representam 22 % do conjunto anfórico republicano e 31 % dos tipos punicizantes. Dado o elevado número de fragmentos, as Castro Marim 1 apresentam pequenas variações formais, que não parecem ter qualquer significado cronológico ou outro.

Esta morfologia apresenta grandes semelhanças com alguns tipos de análoga cronologia, nomeadamente o T.5.2.3.1. e o T.5.2.1.2. de Ramon Torres. No primeiro caso, e segundo o mesmo autor, esta é uma produção exclusiva da área de Cartago-Tunes iniciada no final do século III que perduraria até ao sec. II a.C., inspirada em modelos mais antigos também norte africanos (T.4.2.1.5.) (1995: 196-197). O tipo 5.2.1.2. corresponde a uma ânfora cilíndrica, cujo bordo constitui uma continuação natural do corpo. Esta forma tardia foi produzida na Sardenha até ao 2º quartel do sec. I a.C. (*ibidem*).

De um modo geral, estas produções encontram-se escassamente documentadas, estando ausentes de muitas das propostas tipológicas publicadas (entre outras, Florido Navarro, 1984). Contudo, é perceptível a filiação deste tipo nas formas D de Pellicer, particularmente na forma D4, e suas variantes evolucionadas.

Existe uma tendência geral dos investigadores para enquadrar as formas púnicas tardias dentro de um grupo genérico (ibero-púnico) e a ausência de tipificação das formas e dos fabricos parece inibir o estabelecimento de paralelos criteriosos. Deste modo, o escasso número de exemplares apresentados por Joan Ramon poderá estar associado à ausência da caracterização destas produções tardias quer nos centros produtores, quer nos centros de consumo.

É de salientar que as formas púnicas tardias tendem a adquirir um estreitamento do corpo, uma horizontalidade dos bordos e diminuição dos diâmetros de boca. Algumas destas características são já bem visíveis nas formas evoluídas de ânforas Maña Pascual A4, bem como na Forma D, já referida anteriormente.

Julgamos que os exemplares de Castro Marim se enquadram genericamente no S-5.0.0.0. de Ramon Torres, onde o autor inclui ânforas com bordos de tendência horizontal, sem colo, com uma carena bem marcada que separa o lábio do corpo (1995: 195). Deste modo, julgamos que os exemplares de Castro Marim corres-

pondem aos últimos momentos de produção de formas punicizantes.

Apesar dos tipos deste grupo terem sido produzidos em áreas restritas, como a Sardenha, Cartago ou Tunes, e de se desconhecer a produção na Baía de Cadiz e em Marrocos de contentores com estas características, as pastas dos exemplares de Castro Marim são em tudo idênticas às produções gaditanas de Maña Pascual A4 e de Maña C2.

A individualização morfológica deste tipo, que designamos de Castro Marim 1, surge do seu não enquadramento em nenhum dos tipos estabelecidos por Ramon Torres ou por qualquer outro investigador e da necessidade de individualizar um tipo de ânfora, que embora afim da forma D se distancia claramente desta.

Quanto aos conteúdos, a associação deste tipo à forma D e o fabrico gaditano indiciam um conteúdo piscícola. Dado o seu reduzido diâmetro de bordo, o produto envasado nestes recipientes teria que ser, obrigatoriamente, líquido ou colóide.

Existem formas semelhantes em centros de consumo mediterrâneos, como as ilhas baleares e Lattes (Py *et al.*, 2002). Em Portugal, sabemos da presença deste tipo de ânforas em Faro, o que poderá de certa forma confirmar que o comércio destes contentores forneceu preparados de peixe à costa algarvia. Também em Santarém, ânforas desta forma estão presentes, embora em muito menor número.

4.1.2.4. As Maña C2

As ânforas de tipo Maña C2 estão presentes em grandes quantidades no Castelo de Castro Marim, correspondendo a 28% da amostra de âmbito republicano, representando 41% das formas punicizantes.

A observação macroscópica das suas pastas permite relacionar a grande maioria dos exemplares de Castro Marim com o grupo 2 que foi definido para Santarém (Arruda e Almeida, 1998), grupo esse cuja produção poderá ter origem na baía gaditana. Três exemplares destacam-se no conjunto por apresentarem pastas, cujas características indicam uma origem norte africana, concretamente a região de Cartago.

As ânforas Maña C2 correspondem a um modelo púnico de ânfora (daí que tenham sido, algumas vezes, chamadas de neo-púnicas) e têm corpo cilíndrico, bordo exvertido e moldurado, colo estreito e bitronco-cónico (Fig. 7), asas curtas, de secção circular, colocadas na parte inferior do ombro e fundos ocós e cilíndricos.

A maioria dos exemplares do Castelo de Castro Marim integra-se no tipo 7.4.3.3. de Ramón Torres, tipo que é aliás também o melhor documentado em todos os outros centros de consumo portugueses. Outros, porém, cabem nos tipos 7.4.3.1. e 7.4.2.1 (Fig. 7, nº 49).

Ainda que o início da produção desta forma possa datar-se entre os finais do século III/inícios do II a.C., o

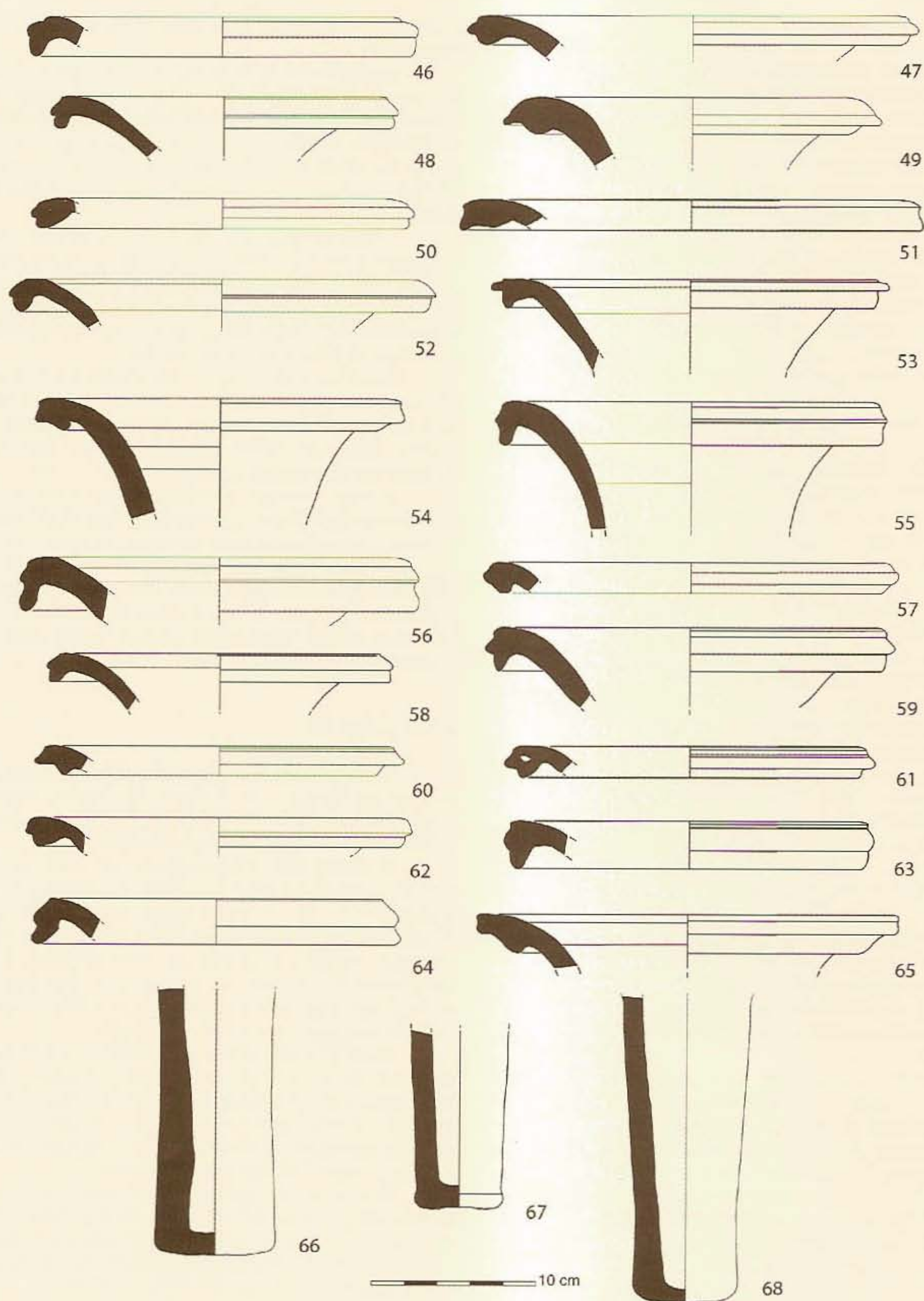


Fig. 7 - Ânforas da forma Maña C2.

certo é que o seu fabrico se prolongou até ao final do século I a.C. Desta cronologia mais tardia datam os fragmentos recolhidos no Castelo de Castro Marim. O contexto de recolha desta ânfora foi situado na segunda metade do século I a. C., o que permite concluir que elas terão chegado no âmbito de um comércio romano, facto que concorda com observações já feitas anteriormente sobre esta forma anfórica por um de nós (AMA), neste caso conjuntamente com Rui Roberto de Almeida (2005).

O conteúdo piscícola deste tipo anfórico não é discutível e a área da sua dispersão no território actualmente português não apresenta alterações significativas em relação ao que o artigo anteriormente citado indicou.

4.1.2.5. O Tipo 9.1.1.1. de Ramon Torres

No Castelo de Castro Marim, identificámos três fragmentos de ânfora de bordo vertical ligeiramente espessado internamente (Fig. 6, nºs 36-37), que enquadrámos no tipo T.9.1.1.1 (E2 de Cádiz, e de Muñoz, CC.NN de Sanmartí), (Ramon Torres, 1995: 227). Trata-se de uma pequena ânfora inspirada em modelos púnicos de produção ocidental, identificada pela primeira vez por Joan Sanmartí em 1985.

A recolha de exemplares devidamente contextualizados permitiu concluir sobre uma longa cronologia de produção, cujo início poderá datar-se do final do século IV a.C., cronologia aferida no Cerro Macareno (Pellicer, 1978). A associação desta forma a produções e contextos romanos verifica-se no século II a. C. (134-133 a. C.) nos acampamentos numantinos e o final da produção, no século I a C., está documentado pelos fragmentos recolhidos no cabeço de S. Pedro (Huelva) e em Pajar de Artilo (Garcia Vargas, 1996: 64).

A produção desta forma está atestada em vários locais da área de Cádiz, nomeadamente em S. Fernando e Perry Junquera (*ibidem*).

No que respeita aos conteúdos, a iconografia associada à produção destes recipientes é esclarecedora, uma vez que atuns estão representados em cartelas circulares impressas sobre ânforas deste tipo recolhidas em Cádiz (Vargas, 1996: 65).

No Castelo de Castro Marim, esta forma surge em contextos tardo republicanos, associada ao tipo Maña C2.

4.1.3 As formas romanizadas

4.1.3.1. Classe 67

Em 1989, no âmbito do estudo do material anfórico do acampamento romano da Lomba do Canho, Carlos Fabião acrescentou à tipologia de Peacock e Williams uma forma que, não sendo inédita, estava contudo mal caracterizada e era, muitas vezes, apresentada sob as mais variadas designações, nomeadamente:

Dressel 7/11, Beltran I, Beltran III, Haltern 71, Dressel 25 ou forma indeterminada. Trata-se da Classe 67, de indiscutível produção bética, e que corresponde a uma das primeiras ânforas, tipicamente ocidentais, de inspiração romana, também conhecida na bibliografia espanhola por Lomba do Canho 67.

Identificada por Lamboglia (1955: 259-264) em Albintilimillum, em contextos republicanos datados de 50/30 a.C., e recolhida em Vieille Toulouse, em níveis de cronologia idêntica (Fouet, 1958), só em 1965, com as escavações em Thamusi-da, foi equacionada uma produção sul peninsular (Callu *et al.*, 1965).

São contentores de morfologia ovóide, cuja particular característica é a existência de uma moldura ou ressalto, bem marcado e saliente, que estabelece a separação entre o lábio e o colo (Fabião, 1989: 65).

Existem algumas variações no que respeita à forma do lábio, que poderá ser ovalado (Fig. 8), curto e arredondado ou em forma de fita de perfil triangular (*Ibidem*: 65). No entanto, e até ao momento, essas variações formais não são conotadas com nenhum significado cronológico, nem parecem ser indicativas de fabricos ou conteúdos distintos.

Chama-se ainda a atenção para o facto de os bordos poderem ser confundidos com os de outras formas anfóricas de época romana-republicana, como é o caso da Dressel 10 e Dressel 12, formas que ostentam também uma moldura saliente que separa o lábio do colo. Deste modo, torna-se difícil assegurar uma classificação, com base, apenas, na forma do bordo, sendo necessário que outras partes do recipiente, como o colo ou as asas, confirmem a classificação.

O colo é curto e as asas são pequenas, desenhando um semi-círculo até à parte superior do corpo. Habitualmente, apresentam, no dorso, a impressão paralela de três dedos, formando duas cristas salientes (Fabião, 1999: 404). Os bicos fundeiros são pequenos e cónicos (*ibid.*: 398), podendo existir exemplares ocos e maciços.

Genericamente, as ânforas da Classe 67 encontram-se em contextos arqueológicos da segunda metade do século I a.C. (Molina Vidal, 1995: 420), ainda que a sua perduração até ao reinado de Augusto pareça estar confirmada em Bolina (Cádiz) ou El Molinete (Cartagena) (*ibidem*: 420).

Como já referimos anteriormente, a produção desta forma no Sul peninsular foi equacionada pela primeira vez com base nos resultados das escavações de Thamusi-da, mas a geografia dessa produção alargou-se ao Norte de África no final da década de 70 do século XX, quando a hipótese de uma produção marroquina foi levantada, tendo em consideração os exemplares encontrados ao largo de Rabat e particularmente, em Sala, onde foi recolhido um exemplar deformado (Boube, 1988: 180).

Actualmente, a questão da origem destas ânforas não é completamente pacífica, mas, de um modo geral,

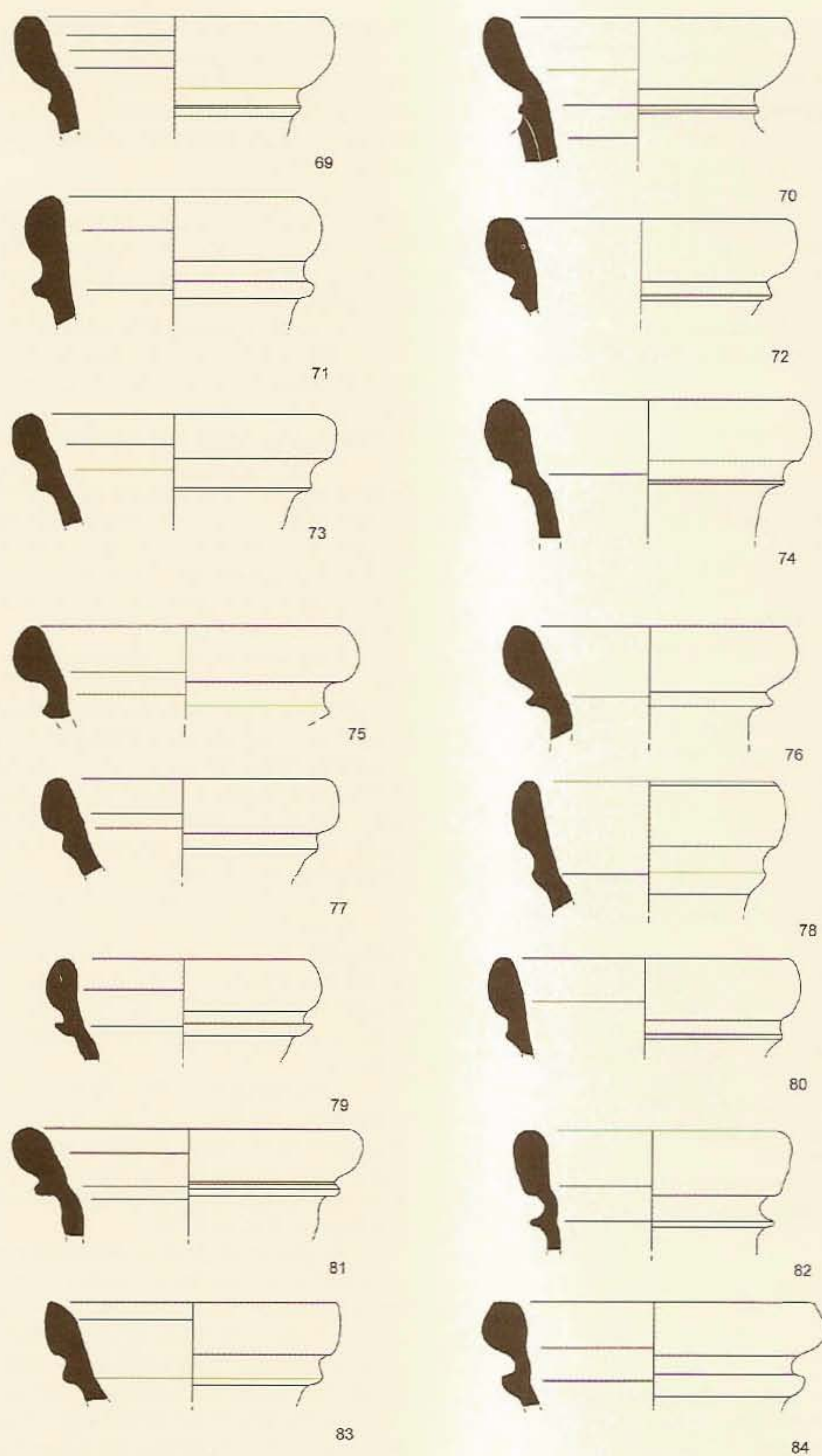


Fig. 8 - Ânforas da Classe 67.

aceita-se a existência de produções simultâneas norte africanas e sul peninsulares (Fabião, 1999: 404).

No Norte de África, exemplares desta classe encontram-se na costa atlântica de Marrocos, em Thamusida, na costa de Rabat e em Lixus. Segundo Boubé (1988), trata-se de exemplares de produção local de Sala, tendo por isso mesmo sido designados pelo investigador francês de «Sala I». Apesar deste facto, nos exemplares encontrados na Hispânia Citerior, as produções «Africanas» constituem apenas 5% dos fabricos encontrados (Molina Vidal, 2000: 639).

Em relação às produções peninsulares, o seu fabrico está atestado na Baía de Cádiz (Lagostena Barrios, 1996) e em Algeciras, no forno de «El Rinconcillo» (Fernandez Cacho, 1995), mas a grande maioria dos exemplares conhecidos, é proveniente de centros produtores situados nas margens do alto e médio Guadalquivir.

É grande a indefinição no que respeita aos conteúdos transportados. Com efeito, se, inicialmente, Carlos Fabião, com base no *Tituli Picti* de um exemplar do Naufrágio de San Ferreol (Mas, 1982: 205) e na associação aos exemplares existentes em Cerro del Mar (Arteaga, 1985), sugeriu que estes recipientes eram cheios com um conteúdo piscícola (Fabião, 1989), mais recentemente Carmen Aranegui, associou esta forma ao transporte de azeite, pelo menos no que respeita às produções norte africanas (Aranegui Gascó, 2001: 160).

Actualmente, é consensual entre os vários investigadores admitir alguma variabilidade do conteúdo transportado (Fabião, 1999: 405; Molina Vidal, 2000: 638), nomeadamente preparados de peixe, azeite, vinho ou *defrutum*.

No território actualmente português, o número de sítios em que estas ânforas foram encontradas ultrapassa as duas dezenas. Trata-se, porém, na maioria dos casos, de achados descontextualizados ou de recolhas de superfície que não permitiram aferir uma datação concreta.

Esta forma encontra-se largamente difundida desde a Península Itálica até ao Norte de Portugal.

Apesar deste facto, são escassos os locais que possuem quantidades significativas desta classe. Com efeito, embora a sua presença seja conhecida num número significativo de sítios, trata-se, quase sempre, de uma presença residual, tendo em conta o restante conjunto anfórico. A maioria dos locais possui apenas um ou dois exemplares, sendo os conjuntos mais numerosos o do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Fabião, 1989), o de Lixus (Aranguí, 2001), o de Thamusida (Callu *et al.*, 1965), o de Sala (Boubé, 1973-75; 1988), e, agora, o de Castro Marim.

4.1.3.2. As Dressel 12

Bordos de lábio espessado e arredondado, separado do colo por uma moldura, mas tipologicamente

integráveis na forma Dressel 12, foram recolhidos no Castelo de Castro Marim em níveis tardo republicanos da segunda metade do século I a.C. (Fig. 9, nºs 85-86).

Foi já referido por García Vargas (2000) que esta forma poderia ter evoluído a partir da Dressel 1C de produção hispânica, tendo por isso mesmo sido questionado o conteúdo piscícola das primeiras. De qualquer modo, a contemporaneidade de ambas, em momentos muito recuados (século I a.C.), está demonstrada, e tudo indica que a filiação morfológica da Dressel 12 na Dressel 1C pode ser, efectivamente, uma realidade. O perfil das asas, a morfologia do corpo, e os tipos de fundos são argumentos a favor desta filiação, permitindo, por outro lado, desvinculá-las da herança púnica.

Foi fundamentalmente a altura do colo e do lábio, bem como o próprio perfil deste último, mas ainda a verticalidade dos bocais, que possibilitou a integração de alguns fragmentos recolhidos em Castro Marim no grupo das Dressel 12, separando-os da Classe 67.

Mas é fundamental referir que as características físicas de uns e de outros são absolutamente idênticas, tanto ao nível da pasta, como dos engobes, o que pressupõe uma mesma origem para as duas formas. Esta circunstância, aliada ao facto de existirem semelhanças morfológicas entre os bordos e as molduras e de muitas vezes apenas dispormos de fragmentos de bordo de pequenas dimensões que não permitem, portanto, determinar a altura dos colos condicionou, em parte a integração tipológica segura de alguns dos nossos exemplares. Foi, no entanto, a determinação do diâmetro e altura dos bordos que possibilitou a inclusão dos fragmentos de Castro Marim num ou no outro tipo, ainda que reconheçamos as limitações da nossa classificação.

No que respeita ao conteúdo, são diversos os *titulii pictii* que indicam que foram usadas para transportar preparados de peixe (*apud in* García Vargas, 2000: 64).

Os exemplares mais antigos desta forma estão documentados em ambientes de meados do século I a.C., como por exemplo o naufrágio de Titan (*apud in* Fabião 1989: 71), cronologia que está de acordo com as nossas próprias observações em Castro Marim. Em momentos posteriores, aparecem no Grand Congloué III, associados a contentores ovóides paralelizáveis às Classes 67. A produção desta forma prolongou-se até à segunda metade do século I d.C., de que são testemunho os centros oleiros gaditanos de Vilanueva e Puente Melchor (García Vargas, 2000: 64).

Ao longo do período de produção, este tipo de ânfora não sofre qualquer evolução formal, facto que poderá ser assacado à relação forma/conteúdo.

Não são muitos os sítios portugueses onde foram recolhidos fragmentos destas ânforas, havendo que citar o acampamento militar da Lomba do Canho (Fabião, 1989: 71) e Monte Mozinho (Soeiro, 1984).

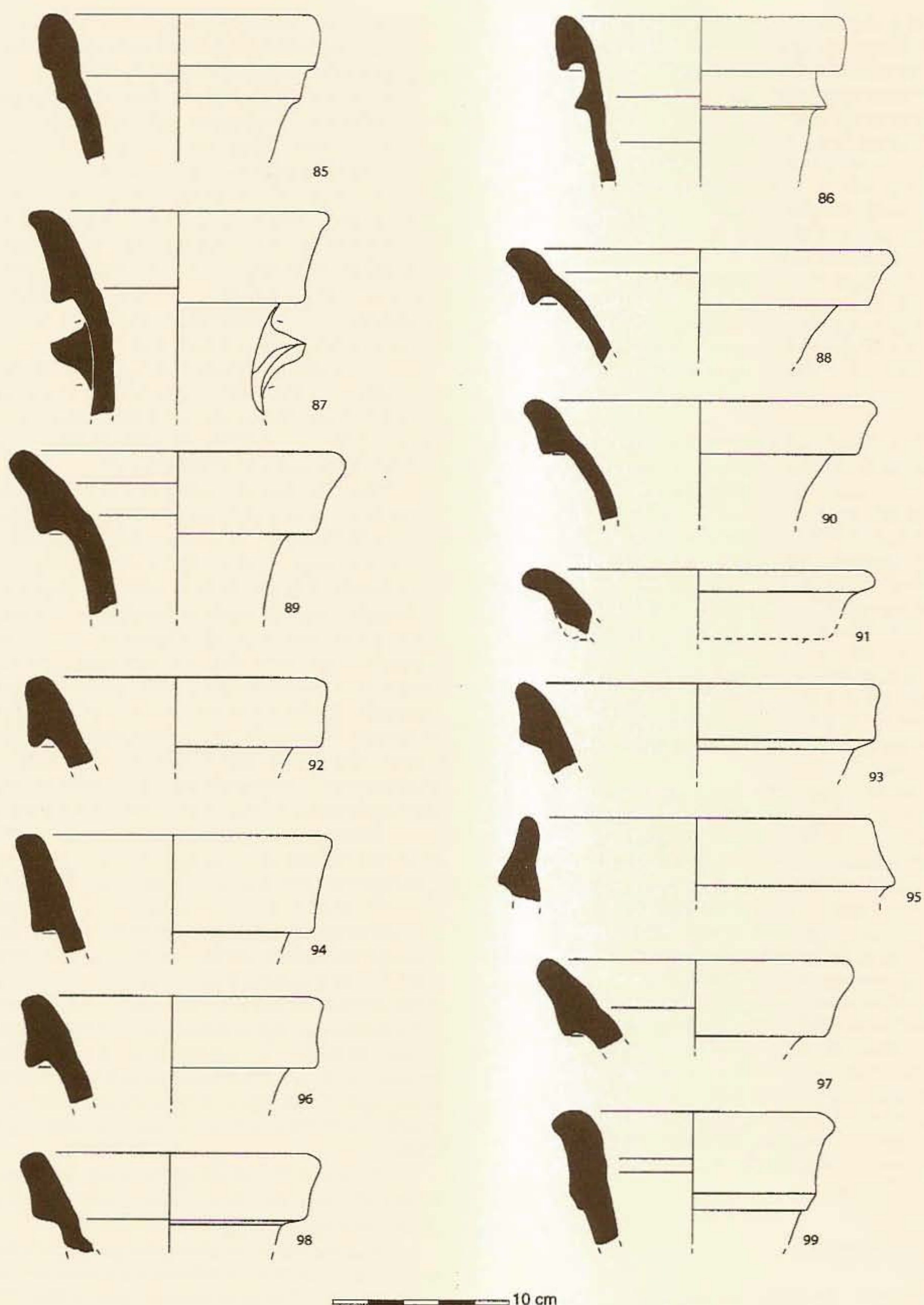


Fig. 9 - N^os 85 e 86: ânforas da forma Dressel 12; n^os 87 a 99: ânforas da forma Dressel 7/11.

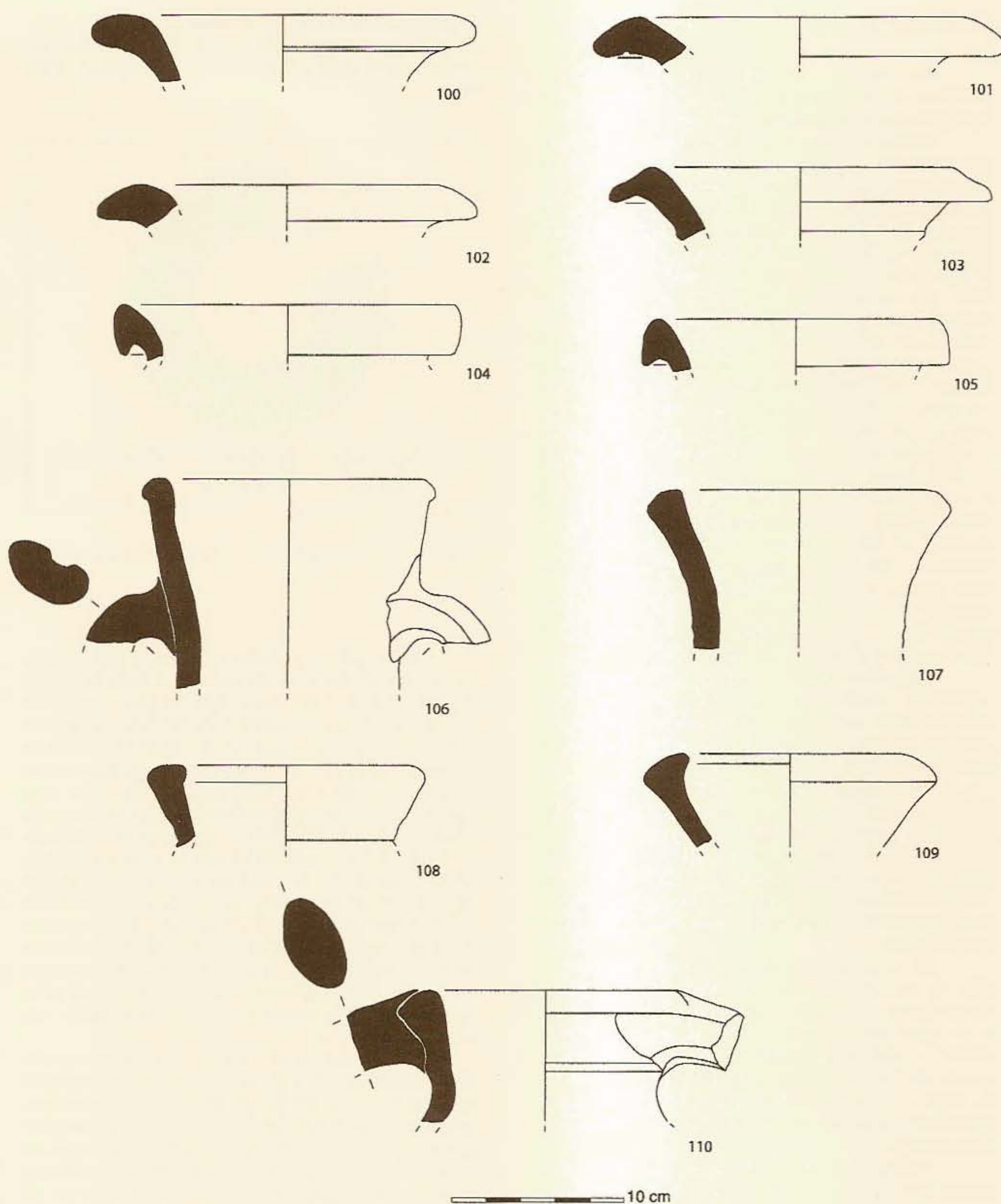


Fig. 10 - N^os 100-103: ânforas da forma Beltran IIB; n^os 104-105: ânforas da forma Beltran IIA; n^os 106-107: ânforas da forma Dressel 14 e n^o 110: ânfora da forma Almagro 50.

4.2. A Época Imperial

Do conjunto de ânforas de época imperial presentes em Castro Marim, cerca de 80 % correspondem a recipientes que transportaram preparados piscícolas.

Destas, destacam-se as ânforas que se enquadram genericamente no grupo dos tipos 7/11 da tabela de Dressel ou no tipo I de Beltrán (1970). Estas formas são produzidas essencialmente na área gaditana desde os finais do séc. I a. C., conhecendo uma difusão ampla por toda a bacia do Mediterrâneo Ocidental, atingindo também as províncias a norte, incluindo a Grã-Bretanha (Tyers, 1996: 99). Os dados que se dispõem relativamente às áreas de produção e à evolução cronológica dos diferentes tipos foram recentemente sistematizados por García Vargas (2000). Efectivamente, o conjunto de ânforas Dressel 7/11 está documentado em diversos centros produtores da Bética, com uma maior incidência na área costeira, em sítios das baías de Cádiz e de Algeciras e na costa mediterrânea da actual Andaluzia (área de Málaga), e, mais raramente, no interior, nos vales dos rios Guadalquivir e Genil (García Vargas, 2000: 73-75). O estudo de contextos com cronologias seguras em sítios de consumo de âmbito militar ou outros, bem como os numerosos naufrágios estudados, permitem conhecer, com alguma certeza, a evolução morfológica destes contentores de preparados piscícolas desde a segunda metade do séc. I a. C. até meados do séc. I d. C. (Martín-Kilcher, 2003: 69-84; García Vargas, 2000).

No que diz respeito às variações morfológicas com significado cronológico, estas parecem corresponder essencialmente a diferenças registadas na configuração dos corpos das ânforas e sobretudo a alterações da forma dos lábios e bocais (Fig. 9, nºs 87-99).

Os exemplares do grupo das 7/11 encontrados em Castro Marim correspondem, na sua esmagadora maioria, ao fabrico gaditano estando bem representados os momentos iniciais da produção das ânforas Dressel 7 de época augustana, com bordos de moldura bem marcada, verticais ou outros, mostrando um perfil mais voltado para o exterior/esvertido de época tiberiana (García Vargas, 2000: 76).

São escassos os exemplares de ânforas Dressel 14 (Fig. 10, nºs 106-107) em Castro Marim e destes apenas um é originário da Bética e ostenta uma pasta característica do vale do Guadalquivir. Dois exemplares são lusitanos embora o seu fabrico os distancie dos centros produtores do vale do Tejo e do Sado e se assemelhe mais aos fabricos do Algarve oriental. Um deles possui características que permitem integrá-lo numa variante antiga das Dressel 14 (de bordo em fita).

As fases seguintes da produção de contentores de preparados piscícolas béticos estão documentadas em Castro Marim por dois exemplares da forma Beltrán IIA (Fig. 10, nºs 104-105) e quatro Beltrán IIB (Classe 19, Fig. 10 nºs 100-103), maioritariamente de origem costeira da região gaditana. O *floruit* da produção desta ânfora

(Beltrán IIA) está datado do último quartel do séc. I d.C., embora se prolongue até aos inícios do séc. III nas suas variantes mais tardias (Beltrán IIB) (García Vargas, 2000: 84).

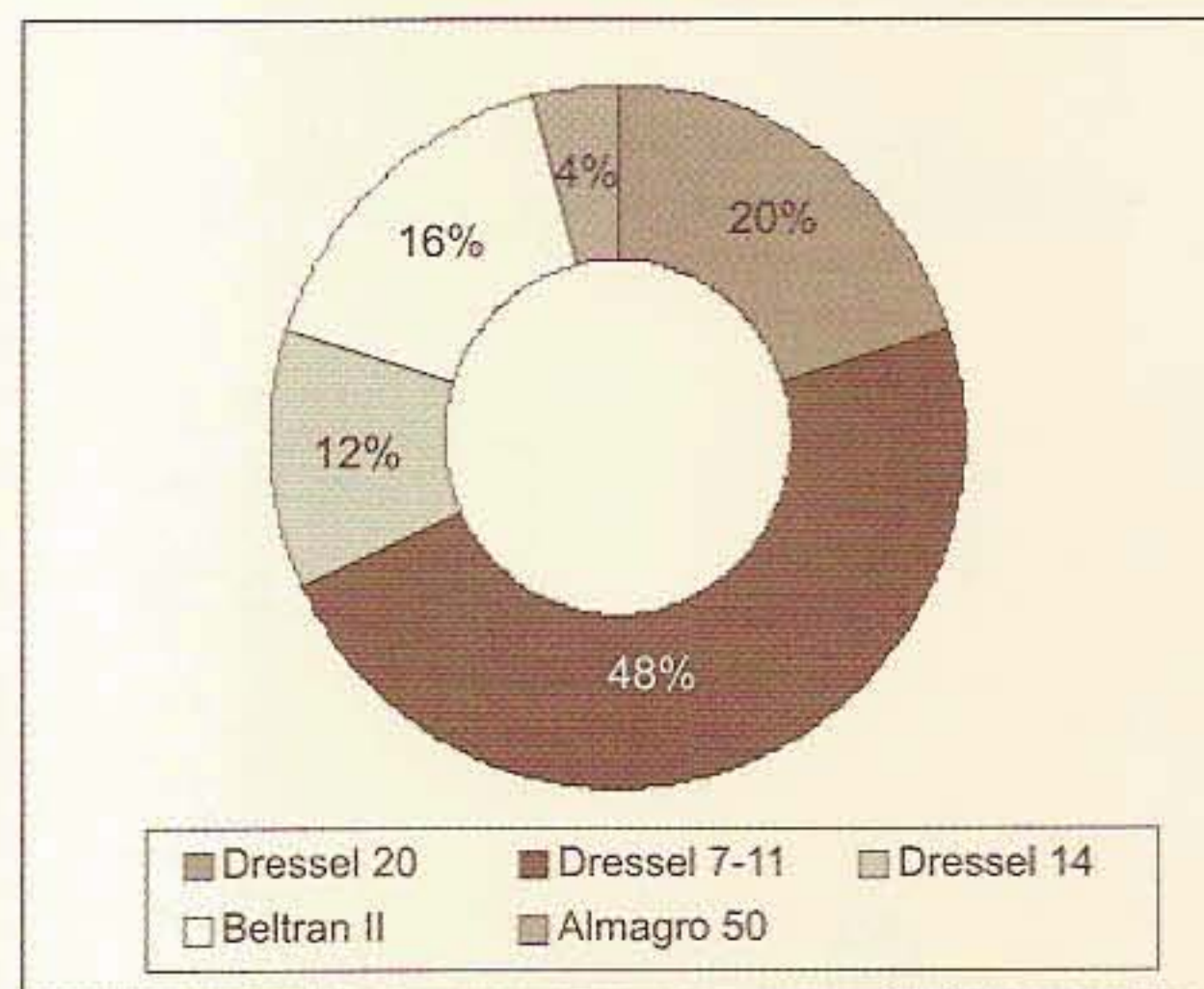


Fig. 11 - Ânforas romanas de preparados de peixe de Época Imperial.

Estes dados permitem-nos afirmar que, mesmo nos momentos finais da ocupação de Castro Marim, o sítio mantinha uma importante/intensa actividade económica. De facto, os dados do estudo da *terra sigillata* permitiram identificar os momentos finais do séc. I ou os iniciais do séc. II a.C. como a altura em que se produz uma verdadeira ruptura no abastecimento ao sítio, que interpretamos como sendo o final da ocupação antiga da colina do Castelo. Tal como se verifica com o abastecimento de produtos transportados em ânforas, não se trata de um decréscimo das importações, mas sim do fim repentino do abastecimento. Assim, não é de estranhar a ausência das ânforas mais típicas que transportariam preparados piscícolas durante o Baixo Império da vizinha Bética e também agora da Lusitânia. Não dispomos de explicação cabal para este abandono que poderá estar relacionado com fenómenos de assoreamento do Guadiana, nesta área.

O Castelo de Castro Marim voltará a ser ocupado já em época medieval/moderna, sendo esta ocupação responsável pela destruição de alguns contextos antigos, quer romanos quer da Idade do Ferro. Interpretamos/explicamos a presença de raros fragmentos de *terra sigillata* clara A, entre os quais dois da forma Hayes 9, datados da segunda metade do séc. II/início do séc. III (Hayes, 1972; Carandini, 1981) e de um fragmento de *sigillata* luzente da forma Lamb 1/3 A B (com cronologia do séc. III), como tratando-se de episódios que já não correspondem a uma ocupação efectiva e continuada do

local. É igualmente deste modo que explicamos a presença de um único exemplar de ânfora da forma Almagro 50 (Keay XVI, Fig. 10, nº 110) de fabrico Bético, cuja cronologia geral ultrapassa claramente o final do séc. I/ início do séc. II.

5. Discussão

As ânforas que na Idade do Ferro transportaram preparados de peixe para o Castelo de Castro Marim apresentam alguma variabilidade formal, estando presentes três formas: as Maña Pascoal A4, as B-C e as D de Pellicer. Outros tipos, também muito abundantes, como as «Tiñosa» foram deixadas de lado nesta apresentação, uma vez que, num estudo recente, um outro conteúdo (azeite) foi proposto com base em análises químicas (Carretero, 2004).

Dentro das formas piscícolas identificadas em Castro Marim, e como já atrás referimos, a diversidade morfológica é acentuada, facto que pode ser atribuído não só à longevidade da produção, como também à existência de distintos centros produtores.

De qualquer modo, parece certo que, em momentos coevos, vários tipos anfóricos, todos produzidos na mesma área geográfica (a baía gaditana), e envasados com produtos afins, chegaram a Castro Marim. Este facto poderá configurar, em nossa opinião, um tipo de situação que gostaríamos de colocar. Afastada a possibilidade de uma interpretação cronológica, que tanto as escavações de Castro Marim como de outros numerosos sítios desmentem, parece admissível pensar que esta diversidade formal poderá traduzir a necessidade da identificação de um produto concreto, ainda que sempre piscícola, com uma determinada morfologia. Esta hipótese, aqui apresentada com muitas reservas, é levantada porque a possibilidade da existência de centros oleiros especializados em determinadas formas é claramente desmentida pela evidência que as escavações nos fornos da baía gaditana puderam mostrar, ou seja: o mesmo forno produziu ao mesmo tempo vários tipos anfóricos. Por outro lado, não parece fazer muito sentido que formas variadas de contentores transportassem exactamente o mesmo produto. É sabido como a diversidade de produtos piscícolas era grande, desde o peixe apenas salgado até vários tipos de molhos, não parecendo improvável que a cada um correspondesse uma forma de ânfora concreta, esta adaptada às características daquele, o que garantia também uma identificação imediata do conteúdo a adquirir apenas pela visualização do contentor.

Não podemos deixar ainda de falar na possibilidade de uma produção local de ânforas de tipo D, produção essa que, não sendo indiscutível, parece possível deduzir da existência de fragmentos desta forma com sinais de terem sido submetidos a altas temperaturas. Sabemos que fenómenos pós deposicionais podem ser responsáveis pelas deformações que estes fragmentos apresentam, mas

o certo é que elas surgem exclusivamente neste tipo de ânfora, o que parece ser um argumento a tomar em consideração nesta nossa hipótese. Por outro lado, a geografia do local e a produção de preparados de peixe em época romana, permitem admitir para a Idade do Ferro uma actividade industrial baseada na exploração de recursos marítimos. Esta actividade está documentada no que à pesca diz respeito, e para a Idade do Ferro, tendo sido possível recolher abundantes restos ictiológicos associados a pesos de rede. Também há pouco tempo, um de nós propôs que a exploração do sal podia ser já uma realidade durante o I milénio a.C. (Arruda, 2005 e no prelo).

Importa ainda referir que, mais uma vez, ficou evidenciada a dependência de Castro Marim em relação a Cádiz, dependência essa que o estudo destas ânforas pode acrescentar aos dados que a cerâmica ática e a de tipo Kouass já indicava (Arruda, 1997; 2000; 2003).

O conjunto anfórico de época republicana encontrado em Castro Marim reflecte a realidade produtiva atestada por Lagostena Barrios (1996) na Baía Gaditana, em que os centros oleiros fabricam ânforas da Classe 32 em grande quantidade e, simultaneamente, novos modelos de inspiração itálica. Os dados de Castro Marim parecem, portanto, dar mais argumentos à tese que defende que o processo da romanização dos contentores não ocorreu de um modo uniforme, e se processou com apreciáveis descontinuidades (Fabião, 2000: 666), descontinuidades essas que poderão relacionar-se mais com aspectos geográficos do que com a questão cronológica (Fig. 12).

Mas, ao contrário de aquilo que se verifica na esmagadora maioria, ou mesmo na totalidade, dos locais com

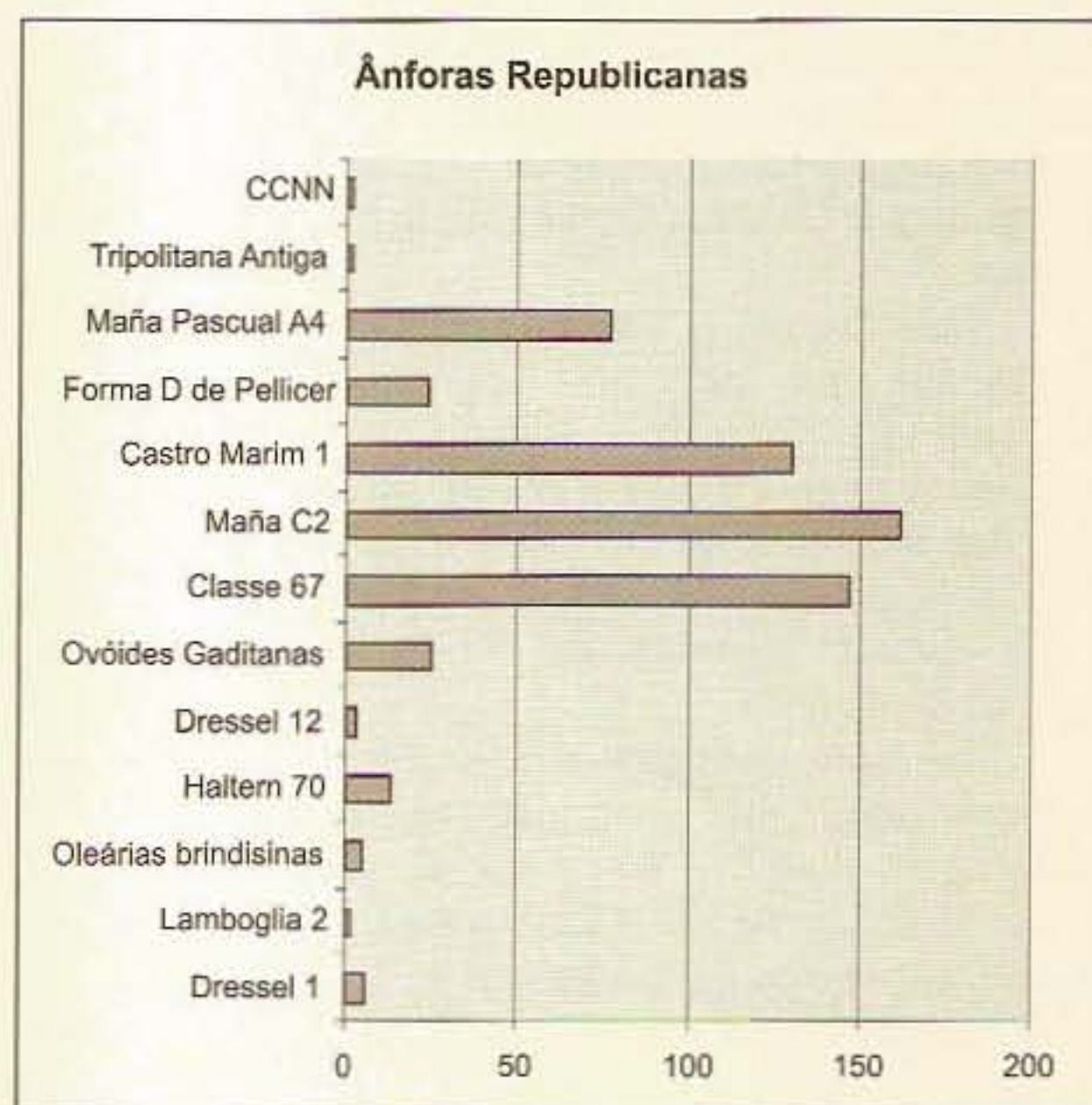


Fig. 12 - Distribuição tipológica das ânforas republicanas.

1. Introdução: o sítio e os trabalhos de campo, a diacronia da ocupação

A pequena colina onde, na Idade Média, se construiu o Castelo Medieval de Castro Marim é um sítio arqueológico, cuja ocupação humana, remontando ao Bronze Final, foi particularmente intensa durante a Idade do Ferro e Época romana.

Os extensos trabalhos arqueológicos já realizados sobre o sítio possibilitaram traçar um perfil, bastante nítido, sobre os ritmos dessa ocupação humana, num local a vários títulos privilegiado.

Se a referida colina está actualmente rodeada de terra firme e alguns sapais, parece provável que na Antiguidade fosse ainda uma ilha. O sítio, bem destacado na paisagem, com boas condições naturais de defesa e da qual se domina visualmente um vasto território, localiza-se na margem direita do rio Guadiana, muito próximo da sua foz. Assim, não só o interior era facilmente acessível, como a proximidade do mar facilitava as actividades portuárias e o comércio com o mundo mediterrâneo tornava-se possível.

Como já se disse, a instalação de populações em Castro Marim iniciou-se ainda durante a Idade do Bronze.

A ocupação da primeira metade do I milénio a.C. está marcada por um profundo orientalismo, não restando dúvidas que, pelo menos a partir do século VII a.C., em cronologia histórica, os habitantes de Castro Marim entraram em contacto com os colonos fenícios então já instalados na região gaditana.

A integração de Castro Marim na *koiné* mediterrânea durante a segunda metade do I milénio a.C. ficou também evidenciada. Dessa ligação são testemunho os muito numerosos materiais recuperados durante as escavações, e cujas áreas de produção podem localizar-se, por exemplo, em Atenas, no Norte de África e na região de Gádir. Por outro lado, deve insistir-se que a realidade sidérica do Castelo de Castro Marim revela inúmeras afinidades com o que foi encontrado em sítios da Andaluzia Ocidental.

A análise do espólio arqueológico da II Idade do Ferro, em parte já objecto de publicação (Arruda, 1995; 1996; 1997; 1999-2000, 2000; 2001; 2003), evidencia que o território a Ocidente do rio Guadiana corresponde a uma extensão do mundo andaluz, sendo óbvias e marcantes as semelhanças entre as culturas materiais de Castro Marim e as de muitos sítios da Andaluzia Ocidental. As mesmas formas e os mesmos fabricos estão documentados em ambas as margens do Guadiana, parecendo claro que os mesmos centros exportadores abasteceram os dois «mercados» de produtos alimentares e manufacturados, podendo defender-se que, durante a segunda metade do I milénio a.C., o sítio integraria a Turdetânia.

Os dados que os trabalhos de campo permitiram recolher testemunham a importância da ocupação romana do sítio durante a época tardo republicana, o que era já presumido pelas cunhagens de que foi centro emissor. Os

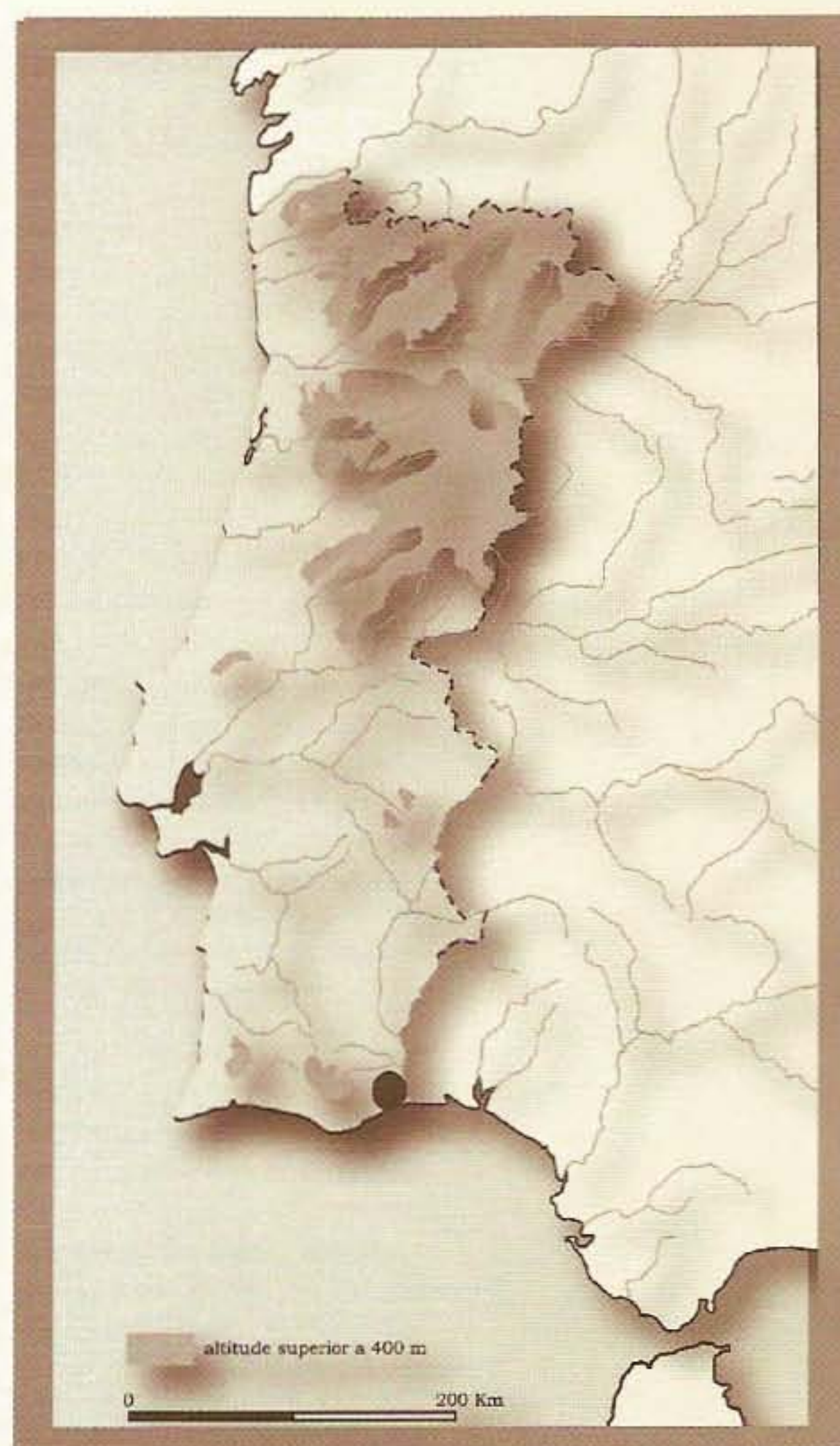


Fig. 1 - Localização geográfica de Castro Marim.

muitos milhares de fragmentos de cerâmicas importadas da Península Itálica, datados entre os meados do século I e os últimos anos do I milénio a.C., são reveladores da intensidade do processo de romanização do sítio. Os produtos alimentares envasados em ânforas (concretamente o vinho italiano e os preparados de peixe gaditanos e norte africanos), por um lado, e os vasos utilizados à mesa adquiridos na Península itálica, por outro, evidenciam a total integração da região no mundo provincial romano nas últimas décadas do século I a.C..

Os primeiros anos do Alto Império estão ainda bem representados no Castelo de Castro Marim. As importações de cerâmicas de mesa, concretamente da *terra sigillata*, provam a vitalidade do sítio durante o século I d.C., havendo no entanto a registar uma ruptura no abastecimento nos últimos decénios do mesmo século (Viegas, 2003).

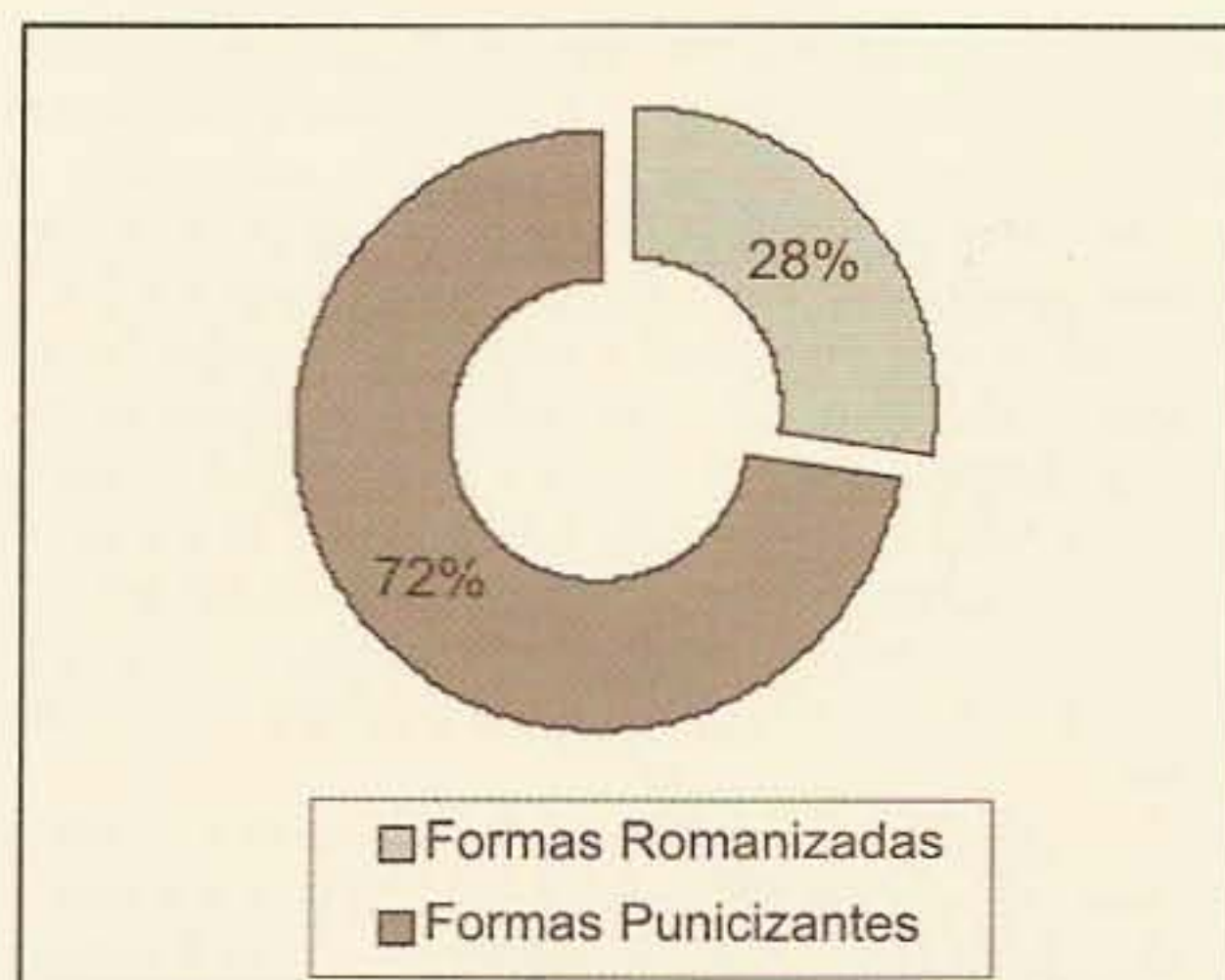


Fig. 13 - Os preparados de peixe em Época Republicana.

ocupação republicana, em que a presença de exemplares «ibero-púnicos» vai sendo progressivamente substituída por novos modelos romanizados, em Castro Marim verifica-se a permanência de grandes quantidades de modelos púnicos durante todo o período romano republicano, alcançando mesmo os seus momentos finais (Fig. 13).

A quantidade de ânforas de inspiração «ibero-púnica» atinge 70% do conjunto anfórico de época tardo republicana, sendo maioritários os tipos Castro Marim I e a Classe 32, ainda que as Mañá Pascoal A4 e as D estejam ainda relativamente bem representadas. Residuais parecem ser as T9.1.1.1.

Tal evidência parece ser extensível a outros locais do Algarve, como por exemplo o Cerro do Cavaco em Tavira, onde, e uma vez mais, é clara a tendência para uma continuada utilização dos modelos Ibero-púnicos até aos meados do século I a.C.. A mesma situação parece ser possível admitir para Faro, onde os materiais actualmente em estudo por Catarina Viegas configuram uma situação idêntica.

Entre as novas formas claramente romanizadas, verificamos que os tipos largamente difundidos e produzidos na província da Bética num momento inicial estão praticamente ausentes em Castro Marim, como é o caso das imitações de Dressel 1 e particularmente das Haltern 70 (Classe 15), esta última considerada como a forma melhor documentada, desde Roma à Britânia (Fabião, 2000: 668).

Tal facto, que causa alguma estranheza e acentuada perplexidade, não pode relacionar-se com a questão cronológica, uma vez que é sabido que as ânforas da Classe 15 são ainda muito frequentes em contextos tardo republicanos e mesmo alto imperiais.

A problemática dos conteúdos poderia ser chamada à colação nesta discussão. O vinho consumido em Castro Marim teria uma origem não Bética e seria proveniente de outras regiões, como por exemplo a Itália.

Contudo, e apesar de a importação de produtos italianos ser, nestes momentos finais da República, muito abundante, as ânforas, concretamente as Dressel 1, estão praticamente ausentes do inventário e correspondem apenas a uns escassos 1% do conjunto anfórico. Parece importante, neste contexto, lembrar que a cerâmica campaniense de tipo B-oide, as cerâmicas de paredes finas e mesmo alguma cerâmica comum (Arruda, 1997, 2000) indicam uma plena integração deste *oppidum* no mundo provincial romano. O valor residual que as ânforas vinárias italianas representam no conjunto do castro marinense não deixa de causar estranheza também pelo facto de ser uma situação algo inédita em sítios afins do ponto de vista cronológico e até geográfico. Se em Mértola a abundância de Dressel 1 (Luis, 2003) e de Lamboglia 2 (Fabião, 1998) poderia ser explicada pela antiguidade do conjunto, e o mesmo poderá ser dito para Lisboa (Pimenta, 2003; 2004) ou para os Chões de Alpompe (Diogo, 1982; 1993/1994), em Santarém (Arruda e Almeida, 1999) ou nas Mesas do Castelhinho (Fabião, 1999), em níveis de meados e da segunda metade do século I a.C., a abundância de Dressel 1 é considerável.

Por outro lado, esta situação remete-nos para uma outra questão que se prende com a escassez de ânforas vinárias quer de fabrico itálico quer bético, o que contrasta com a abundante presença e variedade formal de contentores que transportaram preparados de peixe (Fig. 14).

Assim, poderíamos presumir que alguns dos contentores, pelo menos alguns daqueles que apresentam formas já claramente romanizadas, tivessem um conteúdo vínico. Estamos a referir-nos concretamente à classe 67, cujos exemplares do sítio em análise são maioritariamente de produção do vale do Guadalquivir e não da Bética costeira, origem que poderia fornecer contornos mais nítidos a esta proposta. Já atrás referimos, que é hoje

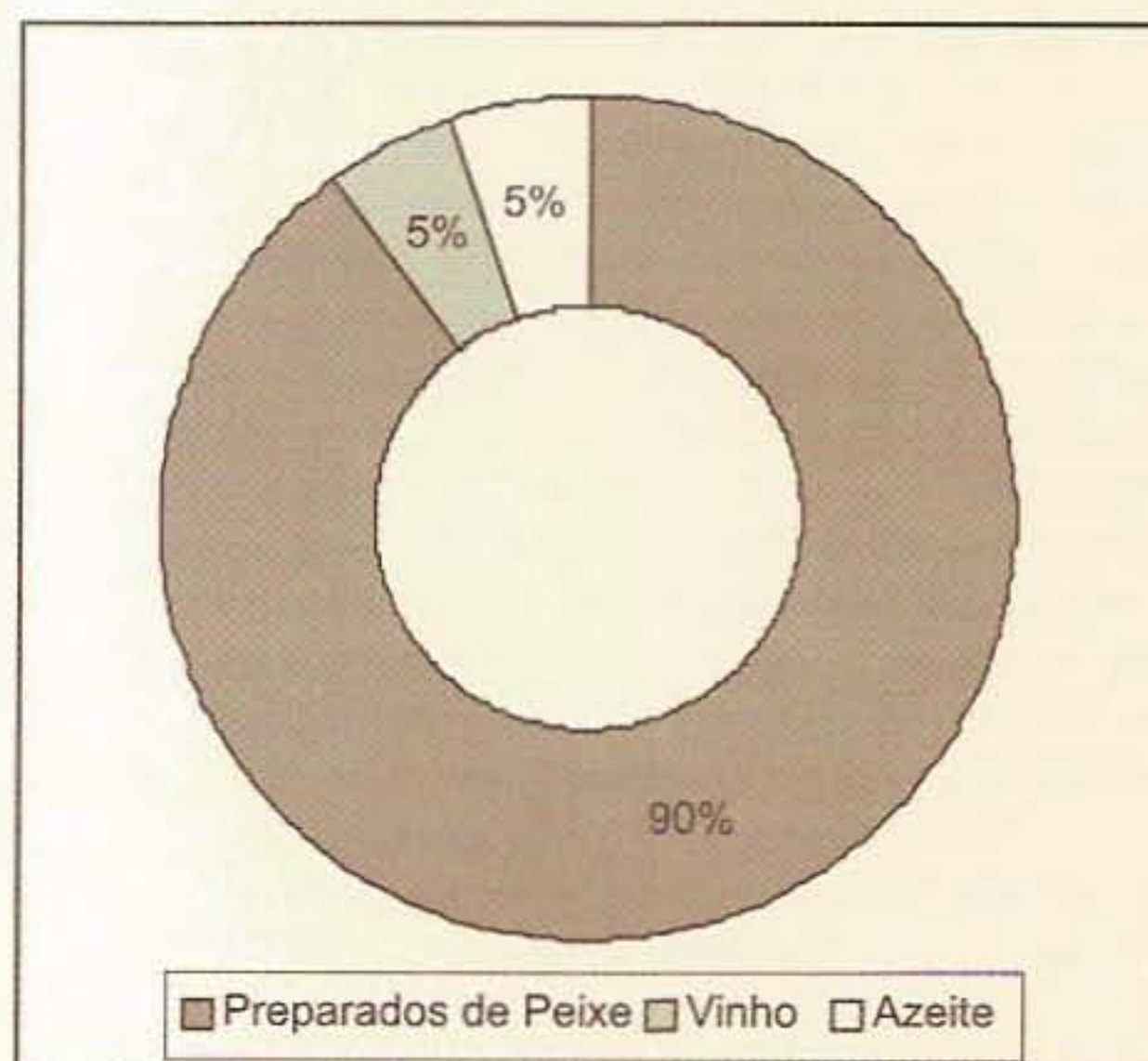


Fig. 14 - Os conteúdos das ânforas republicanas.

relativamente consensual que este tipo anfórico pode apresentar uma vasta variabilidade quanto ao conteúdo transportado. No entanto, reconhecemos que esta hipótese tem contra si o facto de em muitos outros sítios ocidentais a presença deste tipo anfórico não ser incompatível, muito pelo contrário, com a abundância de Haltern 70, cujo conteúdo vínicu ou de produtos afins não é discutível. Por outro lado, é também geralmente aceite que os contentores de morfologia ovóide não teriam transportado vinho até pelo menos ao reinado de Augusto. Mais importante parece ser o facto de as análises químicas realizadas sobre uma amostra de opérculos que podemos fazer corresponder às tampas destas ânforas terem demonstrado uma origem costeira, que corresponde, aliás, à que as mesmas análises atribuíram às Mañá C2. Estes dados parecem provar que as ânforas da Classe 67, produzidas no vale do Guadalquivir, eram transportadas vazias de conteúdo até à costa, onde seriam cheias e seladas. Isto invalida portanto a hipótese de um conteúdo produzido no vale do médio e alto Guadalquivir.

De qualquer modo, o número de ânforas de conteúdo piscícola é sempre muito elevado nos níveis tardo republicanos, mesmo se admitirmos um qualquer outro para as da Classe 67. Esta evidência parece ser clara pela presença esmagadora de exemplares de Mañá C2 e de Castro Marim 1, associadas a Mañá Pacoal A4 e à Forma D. É verdade que não existem dados concretos sobre o conteúdo das que denominamos de Castro Marim 1, mas a sua área de produção está claramente associada ao fabrico de preparados de peixe.

Sobre as ânforas deste período ocorre-nos ainda dizer que é clara a continuidade em relação à chamada II Idade do Ferro do centro abastecedor por excelência de produtos alimentares para Castro Marim: a baía gaditana. Como se verá, também nos momentos imediatamente posteriores, a área de Cádiz continua a ter, neste aspecto concreto, um papel determinante no abastecimento do sítio algarvio.

Sobre a ocupação imperial, pouco mais há a discutir para além do que já foi dito. Convém insistir na continuidade da Bética como centro abastecedor por excelência, facto que deve acentuar-se dada a existência na área de Castro Marim de evidências de produção destes preparados. Com efeito, e ainda que as fábricas de salga não estejam documentadas na região de Castro Marim propriamente dita, a olaria de S. Bartolomeu de Castro Marim fabricou ânforas destinadas a conter preparados de peixe o que pode indicar uma indústria destes preparados numa área próxima. A localização desta possível área no território de BAESURIS estaria comprovada por uma ânfora encontrada na torre 16b da muralha de Adriano em que pode ler-se a inscrição ESURIS (Wright e Hassall, 1974).

Ainda a respeito da importância que a Bética assume como centro abastecedor de Castro Marim, parece importante enquadrar também toda uma série de outros produtos que chegaram ao sítio algarvio juntamen-

te com as ânforas que transportaram preparados piscícolas. Além de ânforas de outros tipos, entre as quais a mais abundante, em época imperial, foi a ânfora oleária Dressel 20, chegaram ao Castelo de Castro Marim a *sigillata* hispânica precoce e *terra sigillata* hispânica originárias de Andújar. Entre a cerâmica comum bética, destacam-se ainda os grandes recipientes (alguidares e bacias, associadas à produção de preparados piscícolas provenientes do Vale do Guadalquivir desde a época tardo republicana) e os almofarizes.

Bibliografia

Aranegui Gascó, C. (2001) - *Lixus. Colonia fenicia y ciudad púnico-mauritana. Anotaciones sobre su ocupacion medieval*. Saguntum Extra 4, Valência: Universidad.

Arruda, A. M. (1988) - Nota acerca da ocupação romana republicana do Castelo de Castro Marim. In *Actas do 5º Congresso sobre o Algarve* (Montechorro, 1988), vol I, Silves: Raca Club, p 13-17.

Arruda, A. M. (1995) - Panorama das importações áticas em Portugal. *Huelva Arqueológica (Actas do Simpósio: Iberos y Griegos: Lecturas desde la diversidad. Ampúrias, 1991)*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva, 13, 1, p. 129-154.

Arruda, A. M. (1996) - O Castelo de Castro Marim. In *De Ulisses a Viriato. O Primeiro Milénio A.C.*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 95-100.

Arruda, A. M. (1997) - *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri, p 109-145.

Arruda, A. M. (1999-2000) - *Los fenicios en Portugal: Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Barcelona: Cuadernos de Estudios Mediterráneos.

Arruda, A. M. (2000) - As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim, no âmbito do comércio ocidental dos séculos V a II a.c.. In *Actas do IV Congresso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, Cadiz: Universidad de Cadiz, p. 727-735.

Arruda, A. M. (2001) - Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente (Actas do Colóquio Internacional, Outubro de 2000)*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 69-98.

Arruda, A. M. (2003) - A Idade do Ferro no Castelo de Castro Marim através das importações cerâmicas. *Xelb (Actas do «Congresso Arqueologia no Algarve»)*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 4, p. 70-88.

Arruda, A. M. (2005) - Orientalizante e Pós-orientalizante no Sudoeste Peninsular: geografias e cronologias. In *Actas do Congreso de Protohistoria del*

Mediterráneo Occidental. Mérida, p. 277-304.

Arruda, A. M. (no prelo) - Os recursos marítimos na economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal. In *Actas da I Conferência Internacional sobre la Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho*.

Arruda, A. M. e ALMEIDA, R. R. (1998) - As ânforas da Classe 32 da Alcaçova de Santarém (Campanhas 1983-1991). *Conimbriga*, vol. XXXII, p. 201-231.

Arruda, A. M. e Almeida, R. R. (2000) - Importação e consumo de vinho bético na Colónia Romana de Scallabis (Santarém, Portugal). In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae* (Ecija 1998), vol. II, p. 703-715.

Arruda, A. M. e Almeida, R. R. (1999) - Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Économie et Territoire en Lusitanie Romaine (Actas da III^{ème} Table Ronde sur la Lusitanie Romaine)*. Madrid: Casa de Velazquez, p. 307-337.

Arteaga, O. (1985) - Escavaciones arqueológicas en el Cerro del Mar. Una aportación preliminar al estudio estratigráfico de las ánforas punicas y romanas del yacimiento. In *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 23, p. 216-221.

Aubert, M. E.; Carmona, P.; Curié, E.; Delgado, A.; Fernandez, A. e Párraga, M. (1999) - Cerro del Villar 1. *El asentamiento fenicio en la desembocadura del río Guadalquivir y su relación con el hinterland*. Sevilla.

Belén Deamos, M. (no prelo) - Ânforas de los siglos VI-IV en Turdetania.

Beltrán Lloris, M. (1970) - *Las Ânforas Romanas en España*. Zaragoza.

Benoit, F. (1961) - *L'Épave de Grand Conglé à Marseille*. Gallia, XIV, Paris.

Bernal, D.; Díaz, J. J.; Expósito, J. A.; Saez, A. M.; Lorenzo, L. e Saez, A. (2003) - Arqueología e Urbanismo. Avance de los hallazgos de época púnica y romana en las obras de la carretera de Camposoto (San Fernando, Cádiz). Cádiz: Universidade de Cádiz.

Blanco Jiménez (1989) - Excavaciones de urgencia en un solar de la Calle Gregório Marañón. Cádiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 3, p. 78-81.

Boube, J. (1973-75) - Marques d'Amphores découvertes à Sala, Volubilis et Banasa. *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, Rabat, 9, p. 163-236.

Boube, J. (1979-80) - Amphores Préromaines trouvées en mer au voisinage de Rabat. *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, 12, p. 99-109.

Boube, J. (1988) - Les Amphores de Sala à l'époque

Maurétanienne. *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, 17, p. 183, 207.

Callu, J.P. et alli (1965) - *Thamusida I*. 2^o supp. de Mélanges de l'École Française de Rome et Athenes. Paris.

Carandini, A. (1981) - Ceramica africana. In *Atlante delle forme ceramiche I. Enciclopedia dell'Arte antica e orientale*. Roma

Carretero, P. (2004) - *Las ánforas tipo «Tiñosa» y la explotación agrícola de la campiña Gaditana entre os siglos V y III a.C.* Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid.

De Frutos, G.; Chic, G. e Berriatua, N. (1987) - Las ánforas de la factoría preromana de salazones de 'las Redes' (Puerto de Santa Maria, Cádiz). In *Actas do 1^o Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Santiago de Compostela. 1, p. 295-306.

Diogo, A. M. D. (1982) - A propósito de «Moron». Estudos de alguns documentos provenientes de Chões de Alompé (Santarém). *Clio*, Centro de História da Universidade de Lisboa, 4, p. 147-154.

Diogo, A. M. D. (1993) - Ânforas pré-romanas dos Chões de Alompé (Santarém). *Actas do Encontro: Os Fenícios no Território Português. Estudos Orientais* 4, p. 229-283.

Fabião, C. (1987) - Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *Arqueólogo Português, série IV*, vol. 5, p. 125-148.

Fabião, C. (1989) - *As ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho, Arganil*. Lisboa: INIC.

Fabião, C. (1998) - *O mundo indígena e a sua romanização em área céltica do território hoje português*, vol. II, Lisboa, s.n., Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 370-411.

Fernandez Cacho (1995) - Las industrias derivadas de la pesca en la provincia romana de la Betica: La alfarería de "El Rinconcillo" (Algeciras, Cádiz). *SPAL*, 4, p. 173-214.

Fernandez Izquierdo, A. (1984) - *Las ánforas romanas de Valentia y su entorno marítimo*. Valência.

Florido Navarro, M^a C. (1984) - Ânforas preromanas sudibéricas. *Habis*, 15, p. 419-436.

Fouet, G. (1958) - Puits funéraires d'Aquitaune: Vieille-Toulouse, Montmaurin. *Galia*, 16, p. 115-196.

Garcia Vargas, E. (1996) - La producción anfórica en la Bahía de Cádiz durante la República como índice de Romanización. *Habis*, 27, p. 49-62.

Garcia Vargas, E. (1998) - *La Producción de*

Anforas en la Bahía de Cádiz en la Época Romana (Siglos II a.c. - IV d.c.). Sevilla: Editorial Gráficas Sol.

García Vargas, E. (2000) - La producción de ánforas "Romanas" en el Sur de Hispania. Republica y Alto Imperio. In: *Actas Congresso Internacional Ex Baetica Amphorae* (Ecija 1998), vol I, p. 57-174.

Gisbert Santoja, A. (1982) - Hallazgos arqueológicos submarinos en la Costa de Denia. Las anforas de cronología Romana Republicana. In *VI Congresso Internacional de Arqueologia Submarina*, Cartagena, p. 411-424.

Gomes, M. V. (1993) - O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*, 4 (*Actas do encontro: Os Fenícios no Território Português*). Lisboa. p. 73-107.

González Toray, B.; Torres, J.; Lagóstena, L. e Prieto, O. (2000) - Los inicios de la producción anfórica en la Bahía gaditana en época Republicana: la intervención de urgencia en Avda. Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Imperio Romano*. Écija. p. 175-186.

Guerra, A. e Fabião, C. (1988) - Escavações do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil): resultados preliminares. In *Actas del Congresso Peninsular de Historia Antiga (Santiago de Compostela, 1986)*, vol. I, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, p. 307-328.

Guerrero Ayuso, V. M. (1986) - Una aportación al estudio de las ánforas púnicas Mañá C. *Archaeonautica*, 6, p. 143-186.

Hayes, J. W. (1972) - *Late roman pottery*. Londres.

Lagostena Barrios, L. (1996a) - Exportación de salazón en la Bahía de Cádiz en la Antigüedad: Aportación al conocimiento de su evolución a través de la producción de las ánforas Mañá C. *Florentina Iliberitana*, 2, 7.

Lagostena Barrios, L. (1996b) - *Alfarería romana en la Bahía de Cádiz*. Cádiz.

Lamboglia, N. (1955) - Sulla cronologia delle amphore romane de Età Republicane (II-I secolo A.C.). *Revista de Studi Liguri*, 22, p. 243-295.

Luis, L. (2003) - *A cerâmica campaniense de Mértola*. Lisboa: IPA.

Luzón, J. M. (1973) - *Excavaciones en Itálica. Estratigrafía en el Pajar de Artillo (Campaña de 1970)*. Excavaciones Arqueológicas en España. Madrid.

Maia, M. (1978) - Ânforas neo-púnicas do Sul de Portugal. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas da*

Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa 1977). Lisboa : Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1, p. 199-207.

Maia, M. G. P. (1988) - Neves II e a facies cultural de Neves Corvo. *Arquivo de Beja (Actas do 1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja)*. Beja. 2ª Série, 3, p. 23-42.

Maña, (1951) - Sobre a tipologia de ânforas púnicas. In *Crónica del VI Congreso de Arqueologia do Sudoeste* (Alcoy 1950). Cartagena, p. 203-210.

Martin, G. e Dolores Serres, M. (1970) - *La factoria pesquera de Punta del Arenal y otros restos romanos de Jávea*, Valencia.

Martín Kilcher, S. (2003) - Fish sauce amphorae from the Iberia Peninsula. The forms and observations on trade with the north-west provinces. In Plouviez, E. (edit) *Amphorae in Britain and the Western Provinces. Journal of Roman Pottery Studies*, vol. 10.

Marzoli, D. (2000) - Ânforas púnicas de Morro de Mezquitilla (Málaga), In *Actas do IV Congresso Internacional de Estudos Fenícios y Punicos*, vol. IV, p. 1631-1644.

Mas, J. (1982) - Escavaciones en el yacimiento submarino de "San Ferreol" (Costa de Cartagena). In *Actas do VI Congresso Internacional de Arqueologia Submarina*, Cartagena, p. 189-224.

Molina Vidal, J. (1995) - Las ánforas "Lomba do Canho 67". Aportaciones al estudio de un nuevo tipo: Difusión y valoración económica. In *Actas del XXII Congresso Nacional de Arqueologia* (Vigo 1993), vol. II, p. 419-424.

Molina Vidal, J. (2000) - Las Primeras exportaciones béticas en el Mediterráneo Occidental In *Actas Congresso Internacional Ex Baetica Amphorae* (Ecija 1998), vol. II, p. 665-682.

Muñoz Vicente, A. (1985) - Las ánforas prerromanas de Cádiz (informe preliminar). In *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla: Consejería de cultura de la Junta de Andalucía, 3, p. 471-478.

Pascual Guash, R. (1961) - Las ánforas que no fuguran en la Tabla de Dressel. *CRIS- La Revista de la Mar*, 25, p. 4-7.

Pascual Guash, R. (1971/72) - Arqueologia submarina en Andalucía (Almería y Granada). *Ampurias*, 33-34, p. 321-334.

Peacock, D.P.S. e Williams, D.F. (1991) - *Amphorae and the Roman Economy. An Introductory Guide*, London: Longman.

Pellicer Catalán, M. (1978) - Tipología y cronología de la ánforas prerromanas del Guadalquivir según el

Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. Sevilha. 9: 365-400.

Pellicer Catalán, M. (1982) - Las ceramicas del mundo fenicio en el Bajo Guadalquivir: evolución y cronología según el Cerro Macareno (Sevilla). In *Phonizier im Western*. MB 8, Mainz: Philipp v. Zabern. p. 371-402.

Pellicer Catalán, M.; Escacena Carrasco, J.L. e Bendala, M. (1983) - *El Cerro Macareno*. Excavaciones Arqueológicas en España. Madrid.

Perdigones Moreno, L. e Muñoz Vicente, A. (1988) - Excavaciones arqueológicas de urgencia de los hornos punicos de Torre Alta, San Fernando, Cadiz. *Anuário Arqueológico de Andalucía*. Sevilha: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 3, p.106-112.

Pimenta, J. P. (2004) - *As ânforas romanas do castelo de S. Jorge (Lisboa)*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.

Ponsich, M. (1968) - Alfarerías de época fenicia y punico mauritana en Kuass (Arcila, Marruecos). *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, Valencia, 4, p. 3-25.

Py, M.; Adroher Auroux, A e Sanches, C. (2001) - Corpus des ceramiques de l'age du fer de Lattes. (Fouilles de 1963-1999). *Lattara*, 14, Tome I, p. 241-253.

Ramon, J. (1995) - *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central e occidental*. Barcelona: Universidad de Barcelona.

Ribera Lacomba (1982) - *Las ánforas prerromanas valencianas (fenicias, ibéricas y púnicas)*. Serie de Trabajos Varios del Servicio de Investigación Prehistórica. Valencia.

Rodríguez, I. (2001) - Las áreas artesanales: los alfares. Carmona Romana. In *Actas del II Congreso de Historia de Carmona*. Carmona, p. 311-320.

Ruiz Mata, D. e Córdoba, I. (1999) - Los hornos turdetanos del Cerro Macareno. Cortes H.I y H. II. In *Actas del XXIV Congreso Nacional de Arqueología*. Murcia. 3, p. 95-105.

Ruiz Mata, D. e Niveau De Villery E Marinas (1999) - La zona industrial de las Cumbres y la cerámica del S. III a.n.e. (Castillo de Doña Blanca, Puerto de Santa María). In *Actas del XXIV Congreso Nacional de Arqueología (Cartagena 1997)*. Murcia. III, p. 125-131

Sanchez Real, J. (1985) - La exploración de la muralla de Tarragona en 1951. *Madriener Mitteilungen*, 26, p. 91-117.

Santamaria, G. (1971) - Travaux et decouvertes sur l'epave «A» du Cap Dramont, In *Actas del II Congreso Internacional de Arqueologia Submarina (Barcelona, 1961)*, Barcelona, p. 187-201.

Santamaria, G. (1975) - L'epave du cap Drumont (Sant Raphael), fouilles 1971-1974. *Revue Arqueologique Narbonnaise*, 8, p. 185-198.

Silva, C. T. da; Soares, J.; Beirão, C.M.; Dias, L.F. e Coelho-Soares, A. (1980-81) - Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6-7, p. 149-218.

Soares, J. e Silva, C. T. (1973) - A ocupação do período proto-romano do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 1, p. 245-305.

Soares, J. e Silva, C. T. (1979) - Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 5, p. 159-184.

Soeiro, T. (1984) - *Monte Mòzinho: apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*. Boletim Municipal de Cultura. Penafiel. 3ª série, 1.

Tyers, P. (1996) - *Roman Pottery in Britain*. London: Routledge.

Viegas, C. (2003) - Les sigillées du sud de la Gaule à Castro Marim et Faro (Algarve, Portugal). In *SFECAG Actes du Congrès de Saint Romain en Gaule*. p. 641-646.

Wright, P. P. e Hassall, M. W. C. (1974) - Roman Britain in 1973. 11 Inscriptions. *Britania*. 5, 1, p. 461-467.



Fig. 2 - Planta topográfica com a localização das áreas escavadas no Castelo de Castro Marim.

2. As ânforas de preparados de peixe no conjunto das importações anfóricas

Pelo menos a partir da segunda metade do I milénio a.C., as ânforas de conteúdo piscícola têm um peso considerável no conjunto dos contentores registados. Com efeito, se algumas ânforas vinárias fazem parte do conteúdo dos inventários da chamada I Idade do Ferro, concretamente as que podem incluir-se no grande grupo do tipo R1 (Arruda, 1999-2000; 2003), e que outras podem também ter transportado vinho e azeite entre o século V e os finais do século III a.C., a verdade é que, no mesmo período, as ânforas cujo conteúdo era inegavelmente constituído por preparados à base de peixe são muito numerosas. Tal facto está particularmente bem documentado num depósito do século V a.C., bem datado pela cerâmica ática (*ibidem*), onde a presença de Maña Pascoal A4, especificamente as de tipo 11.2.1.3. de Joan Ramón, é significativa.

Esta mesma situação pode também ser atestada para o período romano republicano. Aqui, as ânforas itálicas vinárias, concretamente as que podem incluir-se nos tipos Dressel 1, e oleárias, como as originárias da região de Brindisi, são residuais. O que domina são por um lado produtos béticos e, por outro, os preparados piscícolas.

Ainda, durante o Alto Império, as importações, agora quase exclusivamente béticas, à excepção de raros fragmentos originários da Lusitânia, são também maioritariamente de preparados de peixe. Contudo, o vinho está presente, envasado em ânforas Haltern 70, e o azeite chegou dentro de ânforas Dressel 20.

3. As ânforas da Idade do Ferro

3.1. As ânforas Maña Pascual A4

Como já foi referido no ponto 2, as ânforas Maña Pascoal A4 são relativamente abundantes no Castelo de Castro Marim, tendo as escavações do século XXI alterado um pouco a imagem que possuíamos sobre a sua percentagem no conjunto das importações anfóricas da Idade do Ferro. De facto, os resultados dos trabalhos de campo levados a efeito na década de 80 do século XX permitiram que um de nós (A.M.A) tivesse afirmado em 2000, e muito especialmente em 2001 (Arruda, 2001:74), que este tipo estava mal representado. Os dados mais recentes vieram proporcionar uma nova leitura sobre a dimensão deste tipo de ânforas no conteúdo dos inventários de Castro Marim, parecendo que afinal a reduzida dimensão na amostra anterior era apenas aparente. Ainda que comparadas com outros tipos, não obrigatoriamente piscícolas, concretamente o que se costuma chamar de Tiñosa, o seu número seja ainda menor, o facto é que foi possível perceber que a sua presença não era tão residual quanto poderia parecer.

As ânforas Maña Pascoal A4, que estão englobadas nos grupos 11 e 12 de Joan Ramón, não têm colo e possuem boca estreita, com bordo reentrante espessado externa e/ou internamente, e ombros altos e arredondados, separados do corpo por uma carena. A face externa do lábio pode ser arredondada ou aplanada, e está, na maioria dos casos, separada da parede do ombro por uma canelura (Fig. 3).

Estas ânforas foram produzidas a partir de finais do século VI a.C., produção essa que perdurou até ao século I a.C.. A considerável variação formal registada ao nível do perfil do bordo, da inclinação do ombro e mesmo da forma geral do corpo parece ter que relacionar-se não só com o longo período de produção, mas também com a diversidade de centros oleiros que as fabricaram.

Em Castro Marim, foi possível recolher ânforas destes grupos que puderam ser divididos pelos tipos 11.2.1.3, 11.2.1.4, e 12.1.1.1. de Joan Ramón.

As primeiras, claramente minoritárias no conjunto de Castro Marim, datam-se habitualmente dos finais do século VI e do século V a.C., com o auge da produção no último quartel do século V. Esta cronologia pode ser confirmada no sítio algarvio, onde exemplares deste tipo foram recolhidos, exclusivamente, em níveis onde as taças Cástulo estão também presentes.

Com bordos de secção rectangular, apenas ligeiramente espessados, com lábios destacados e de paredes rectilíneas ou ligeiramente arredondadas, as nossas Maña Pascual A4 do tipo 11.2.1.4. não são também numerosas no conjunto estudado, apesar de o seu número ser consideravelmente maior que os do tipo anterior.

Mais abundantes são as que podemos incluir no tipo 12.1.1.1. com várias morfologias de bordo, que pode aparecer ou não destacado dos ombros. A cronologia deste tipo é ampla, parecendo claro que entra nos circuitos comerciais a partir de meados do século IV a.C., situando-se, contudo, no século III a.C. o auge da sua produção. O tipo perdura até ao século I a.C., o que está também confirmado no Castelo de Castro Marim, sítio em que pudemos recolher muitos exemplares em níveis tardo republicanos.

A produção desta forma está muito bem documentada em todo o Ocidente, existindo muitas evidências do seu fabrico na área da Baía gaditana, concretamente em S. Fernando. Com efeito, mais do que em qualquer outro local, é aqui que se localiza um apreciável conjunto de fornos que produziram maioritariamente ânforas Maña Pascoal A4. Os centros oleiros de Torre Alta (Perdigones Moreno e Muñoz Vicente, 1988), Pery Junquera (Gonzalez Toray, *et al.*, 2000) e Villa Maruja (Bernal *et al.*, 2003) são bons exemplos desta produção.

Também na costa de Málaga, existem evidências da produção deste tipo, concretamente em Cerro del Villar (Aubert *et al.*, 2000), Cerro del Mar (Arteaga, 1985) e, possivelmente, Morro de Mezquitilla (Marzoli, 2000).

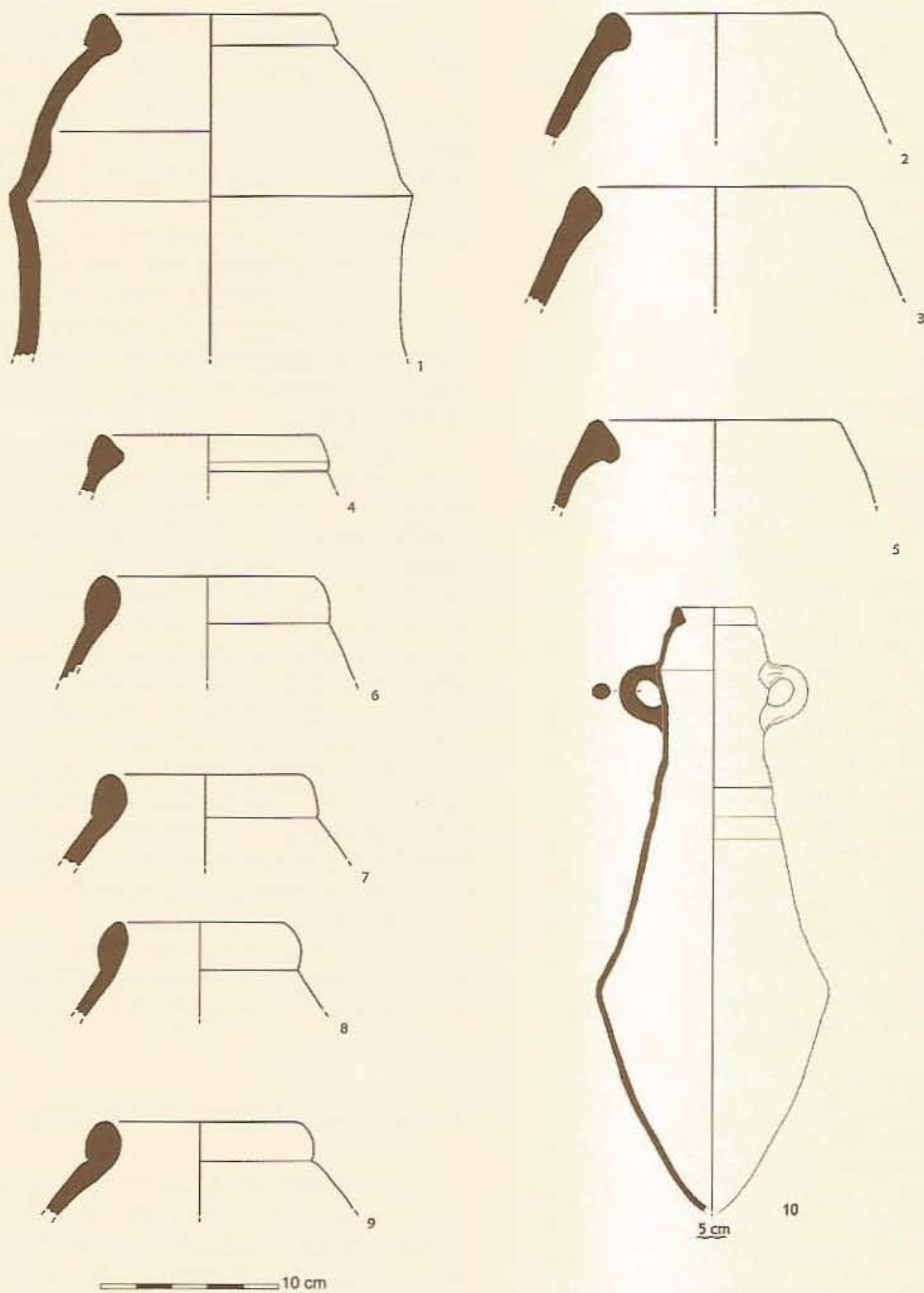


Fig. 3 - Ânforas da forma Maña Pascual A4.

No Norte de África, a mesma forma foi fabricada, sendo os fornos de Kouass um dos melhores testemunhos desta produção (Ponsich, 1968). Ressalte-se, no entanto, que as variantes presentes dos centros oleiros marroquinos atestam que o início do fabrico deste tipo é aí mais tardio, concretamente localizado na segunda metade do século IV a.C., cronologia lida nas cerâmicas de mesa chamadas de tipo Kouass. O final da produção data-se nos finais do século I a.C.

A análise dos fragmentos recolhidos em Castro Marim permite supor que os nossos exemplares são provenientes da baía Gaditana, tais são as afinidades existentes quer ao nível dos fabricos, quer ao nível das formas.

Estes contentores conheceram uma enorme expansão e difusão, não só em todo o Mediterrâneo ocidental, mas também central e oriental. Vários sítios da costa Atlântica portuguesa forneceram ânforas deste tipo – Cerro da Rocha Branca (Gomes, 1993), Castelo de

Alcácer do Sal (Silva *et al.*, 1980-81), Santarém (Arruda, 1999-2000) e Lisboa (Pimenta, 2004), ainda que este último trabalho se referia a exemplares já de época republicana. Também no interior, concretamente no Baixo Alentejo a importação deste tipo anfórico encontra-se documentada (Maia, 1988: 54).

As evidências do conteúdo piscícola, tanto nas áreas produtoras, como nos centros de consumo gregos, são múltiplas, em quase todos os grupos e tipos individualizados por Joan Ramón, concretamente nas 11.2.1.3. e 11.2.1.4.

3.2. As formas B e C de Pellicer

As ânforas das Formas B e C de Pellicer (Pellicer, 1978, 1982 e Pellicer, *et al.*, 1983) constituem um grupo bem representado nos níveis sidéricos do Castelo de Castro Marim.

A Forma B apresenta um corpo troncocónico, enquanto a C é fusiforme. Os bordos de ambas são muito similares, resultando por isso difícil integrar, numa ou noutra, os exemplares de Castro Marim, uma vez que se trata, maioritariamente, de fragmentos de bordo. Daí que, na esteira do que fizeram muitos outros autores, tenhamos optado por integrar estes fragmentos anfóricos no âmbito de um grupo mais vasto, denominado B-C. Trata-se de bordos engrossados no exterior, de tendência semi-circular ou circular e reentrantes. A B-C 1 apresenta um bordo trapezoidal, a B-C 2 bordo circular e a B-C 3 bordo amendoado, destacado, de secção oval. Estas últimas surgem no Cerro Macareno entre a segunda metade do século V e o terceiro quarto do século IV a.C.. A partir de este momento e até meados do século II a.C., encontram-se aí modelos mais evolucionados deste mesmo tipo (Fig. 4, 11-20).

Sobre o exacto local de produção das ânforas de tipo B e C de Pellicer há já alguns dados.

Se é verdade que os fornos que na década de 70 do século XX foram escavados em Macareno não forneceram dados que permitam pensar no fabrico local deste tipo (Ruiz Mata e Córdoba, 1999; Belém Deamos, no prelo), o facto é que no de Pajar de Artillo parecem ter sido cozidas ânforas desta morfologia (Luzón, 1973). Por outro lado, em Carmona, mais exactamente junto à ribeira de Arbolón, foram escavados oito fornos, em cujas câmaras de cozedura foram encontradas ânforas B/C, bem como, aliás, outras, concretamente de tipo Carmona (Rodríguez, 2001).

O aparecimento da forma na fábrica de preparados de peixe de Las Redes (Frutos *et al.*, 1987) possibilitou a atribuição de um conteúdo específico, não sendo impossível pensar num qualquer local de produção do contentor nas imediações da referida fábrica. Aqui, onde estas ânforas correspondem, genericamente, às formas B, C e D de "Las Redes" (De Frutos, *et al.*, 1987: 297-298), a sua presença está atestada entre a segunda metade do V e os

inícios do século III a.C., o que parece confirmar as observações estratigráficas do Cerro Macareno.

As formas B e C de Pellicer parecem ter correspondência em alguns dos tipos Ibéricos identificados por Ribera Lacomba (1982). Assim, as B-1 e as B-3 de Pellicer parecem corresponder, respectivamente, às formas I-1 e I-2 de Ribera, ao passo que a Forma I-4 de Ribera Lacomba parece ficar entre as Formas B-4 e C-2 de Pellicer.

Em Castro Marim, este tipo anfórico está bem documentado em níveis do último quartel do século V a.C.. A sua percentagem é aliás elevada no depósito que a cerâmica ática ajudou a datar deste momento, onde está associado a ânforas Mañá Pascual A4 de bordo espessado, de perfil triangular.

Os dados estratigráficos indicam, contudo, que ânforas desta forma estão ainda presentes em níveis do século IV a.C., e que continuam a chegar, ainda que em menores quantidades, até ao final da II Idade do Ferro. De qualquer modo, parece claro que o seu número decresce no sentido inverso da estratigrafia, sendo muito mais frequentes nos níveis da segunda metade do século V, do que nos dos séculos seguintes, contrariamente ao que se passa com as Mañá Pacoal A4. Enquanto que estas últimas se vão tornando cada vez mais frequentes, as primeiras tornam-se progressivamente mais raras.

No território actualmente português, não são numerosos os sítios que forneceram ânforas do tipo B-C, mas a sua presença foi detectada em Santarém (Arruda, 1999-2000), no Cerro da Rocha Branca (Gomes, 1993), nos Choões de Alompé (Diogo, 1993: 225) e em Miróbriga (Soares e Silva, 1979).

Muitos são os sítios localizados na área meridional da actual Espanha onde este tipo de ânfora está documentado, desde o país valenciano até à Andaluzia Ocidental.

3.2. As ânforas da forma D de Pellicer

No Castelo de Castro Marim, em níveis da 2ª metade do I milénio a.C., foram recolhidas ânforas de tendência cilíndrica, sem colo, de boca estreita, com bordo muito reentrante, sem espessamento ou apenas muito ligeiramente engrossado no interior. O corpo é cilíndrico, com ombros que apresentam acentuada convexidade, sem que exista qualquer ruptura na trajectória da parede superior do corpo. Como veremos, em alguns exemplares deste grupo, os mais tardios, o bordo é destacado da parede do ombro por uma canelura, ou por um ressalto (Figura 4, nºs 21-28)

Este tipo de ânfora, habitualmente incluído no grupo que se costuma designar por «ibero-turdetano» ou «ibero-púnico», corresponde à forma D de Pellicer Catalan e foi chamado de C1 por Muñoz Vicente ou Cádiz C1 por Garcia Vargas. Na tipologia de Joan Ramón, corresponde ao tipo 4.2.2.5.

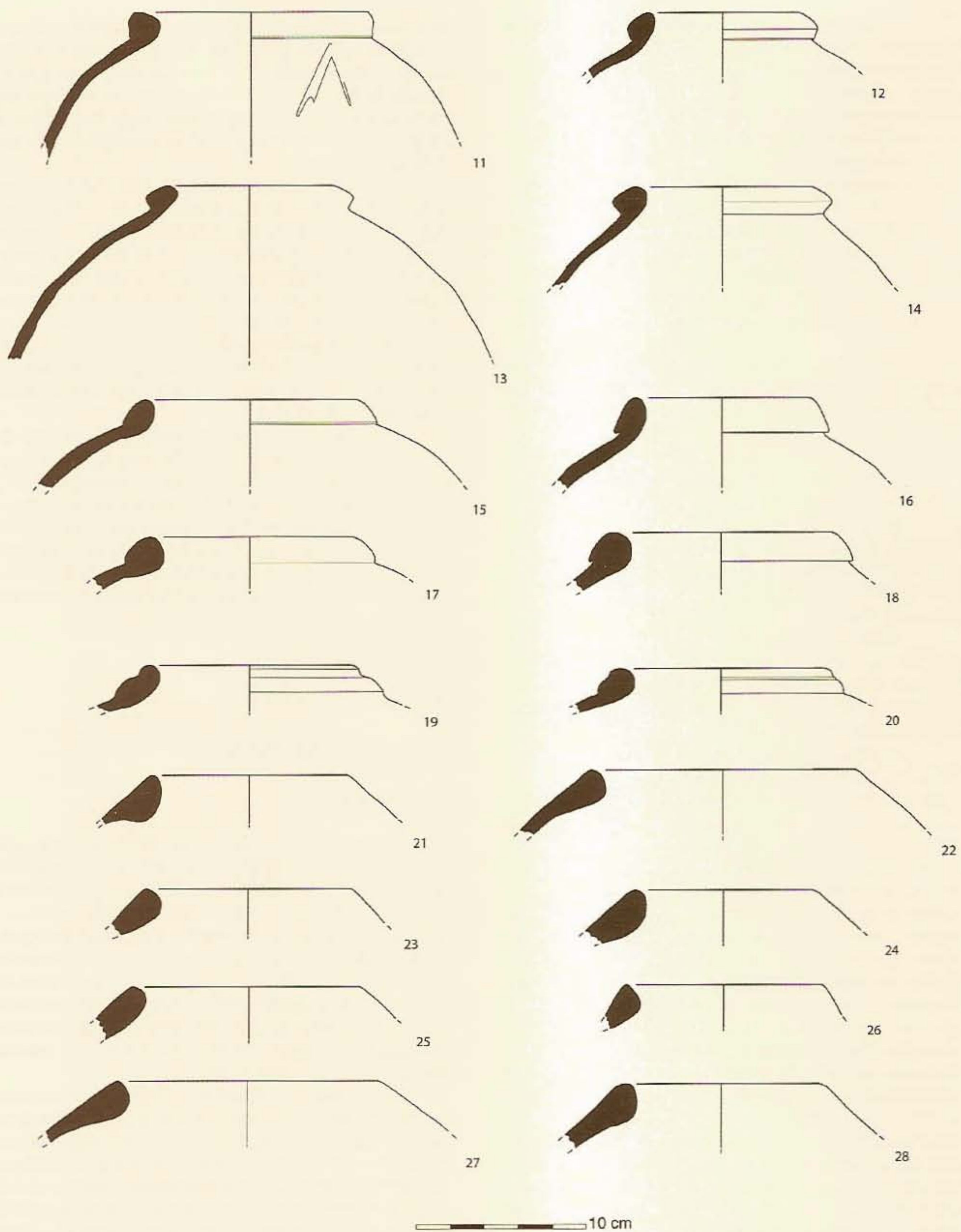


Fig. 4 - N^os 11 a 20 ânforas B/C de Pellicer, n^os 21 a 28 ânforas da forma D de Pellicer.

O seu fabrico nos fornos escavados na década de 70 junto ao Cerro Macareno (Ruiz Mata e Córdoba, 1999) não ficou demonstrado (Belém Deamos, no prelo), e o mesmo se passa no forno de Pajar de Artillo (Luzón, 1973), apesar de aí se terem documentado ânforas deste tipo nos níveis contemporâneos da actividade do forno (*ibidem*). Há poucos anos, a baía de Cádiz foi proposta como centro produtor deste contentor (Garcia Vargas, 1998), ainda que as evidências da produção não sejam ainda conclusivas. Mas a área de dispersão, bem como a cronologia, foram argumentos utilizados na defesa desta possibilidade (*ibid.*, 1998: 62).

Uma produção norte africana, concretamente em Kouass, ficou evidenciada pelos trabalhos de Ponsich da década 50.

Não podemos deixar de referir que as escavações levadas a efeito no Castelo de Castro Marim permitiram recolher alguns fragmentos de bordo que apresentam sinais de terem sido sujeitos a altas temperaturas, pelo que parece possível admitir uma produção local.

No território actualmente português, a forma encontra-se representada também em outros locais, como por exemplo, no Cerro da Rocha Branca, nos Chões de Alompé (Diogo, 1993), na Alcáçova de Santarém, onde surge em níveis datáveis do século III e II a.C. (Arruda 1999-2000) e em Lisboa, em contextos do século II a.C. (Pimenta, 2004).

A mesma forma surge, abundantemente, em todo o vale do Guadalquivir, onde a produção e circulação, iniciadas nos finais do século V, terá atingido o fim do século II a.C., como se deduz da estratigrafia de Macareno (Pellicer Catalan, 1982; Pellicer *et al.*, 1983).

As pastas dos exemplares recolhidos em Castro Marim não são completamente homogêneas, o que pode traduzir distintas áreas de importação, que não sabemos ainda, no entanto, localizar com exactidão. A grande maioria parece, contudo, corresponder a um único centro produtor, apesar de existirem diferenças acentuadas entre os exemplares, quanto à intensidade da cozedura, à cor, à densidade de e.n.p. e até mesmo à existência, ou não, de engobes. Mas as pastas são, quase sempre, de cozedura média, de cor laranja claro, possuindo, muitas vezes, núcleo cinzento claro, cinzento esverdeado ou cinzento alaranjado. Os componentes não plásticos, variando quanto ao número, são de reduzidas dimensões e incluem elementos silto-ferruginosos, micas, calcites, quartzos e partículas de xisto. As superfícies externas das ânforas com este tipo de pasta estão, por vezes, cobertas por um engobe branco amarelado ou bege. Pudemos identificar um outro fabrico, onde os e.n.p. são mais escassos, de menores dimensões e compreendem, exclusivamente, minúsculas partículas de mica prateada e escassíssimos grãos de quartzo. As pastas são de tonalidade clara (bege ou cinzento claro), mas são pulverulentas.

A enumeração exaustiva dos sítios arqueológicos onde se registaram ânforas dos mesmos tipos das que

surgiram em Castro Marim parece desnecessária. Mas é importante que se refira que são peças relativamente comuns, entre o século V e os finais do II a.C., num grande número de sítios costeiros do Sul peninsular, desde o País Valenciano até à Andaluzia, sendo muito frequentes na área de Cádiz, no vale do Guadalquivir (Macareno) e em Huelva (La Tiñosa).

Mesmo desconhecendo-se com exactidão os centros produtores destas ânforas D de Pellicer, um conteúdo maioritariamente piscícola pode ser em parte deduzido pelo seu aparecimento na fábrica de preparados de peixe de las Redes (De Frutos *et al.*, 1988). No entanto, a produção no norte de África deixa em aberto a sua utilização no transporte de azeite e a sua associação a uma estrutura de produção de vinho em las Cumbres (Ruiz Mata e Niveau de Villerday e Marinas, 1999) permite equacionar a possibilidade de o vinho ter sido envasado em contentores desta forma.

Os dados estratigráficos avaliados no Castelo de Castro Marim permitem admitir que estas ânforas começaram a ser importadas durante o século IV a.C.. Como veremos, essa importação prolonga-se até à época republicana. Parece importante lembrar ainda que apesar de terem convivido com os tipos anteriormente discutidos, concretamente entre o século IV e o século I a.C., estas entram no conteúdo dos inventários num momento posterior.

4. As ânforas romanas

4.1. A época republicana

4.1.1. Introdução

Durante as escavações de 1987 realizadas em frente à fortaleza dita afonsina, foi possível escavar níveis bem conservados atribuídos ao final da época romana republicana. Aqui, recolheu-se um abundante espólio arqueológico, fundamentalmente cerâmico, onde as importações itálicas de cerâmicas de mesa são em grande número. No entanto, as ânforas documentam importações de origem fundamentalmente bética. As produzidas no Norte de África (algumas Mañá C2 e tripolitanas antigas) e em Itália, tanto no centro como na área meridional, estando representadas, são apenas residuais.

Atendendo ao número de indivíduos considerados a partir do número de bordos existentes, possuímos, num universo de 587 indivíduos, 97% de produções béticas, nomeadamente da área costeira e do vale do Guadalquivir. Destas, embora estejam presentes os contentores oleários, sob a forma das características ovóides tardo republicanas, e os vinários, concretamente as Haltern 70 e Dresel 1, ânforas de preparados de peixe parecem representar a mais significativa expressão das importações.

Estas últimas, sobretudo as produzidas na área da baía gaditana, apresentam, uma muito diversificada variação formal, com formas já romanizadas, mas ainda com outras de clara inspiração púnica. Tal facto fica certamente a dever-se à circunstância da longa tradição de produção anfórica na baía gaditana, área em que, pelo menos desde o século V a.C., se produziram em grandes quantidades contentores destinados a envasar preparados piscícolas. Não podemos, por outro lado, ignorar que Cádiz foi, desde os momentos iniciais da presença romana em território peninsular, um centro receptor e redistribuidor de bens alimentares da Península Itálica, o que justifica que tenha sido aqui que mais cedo se iniciou a produção de ânforas de acordo com modelos romanos (Fig. 5).

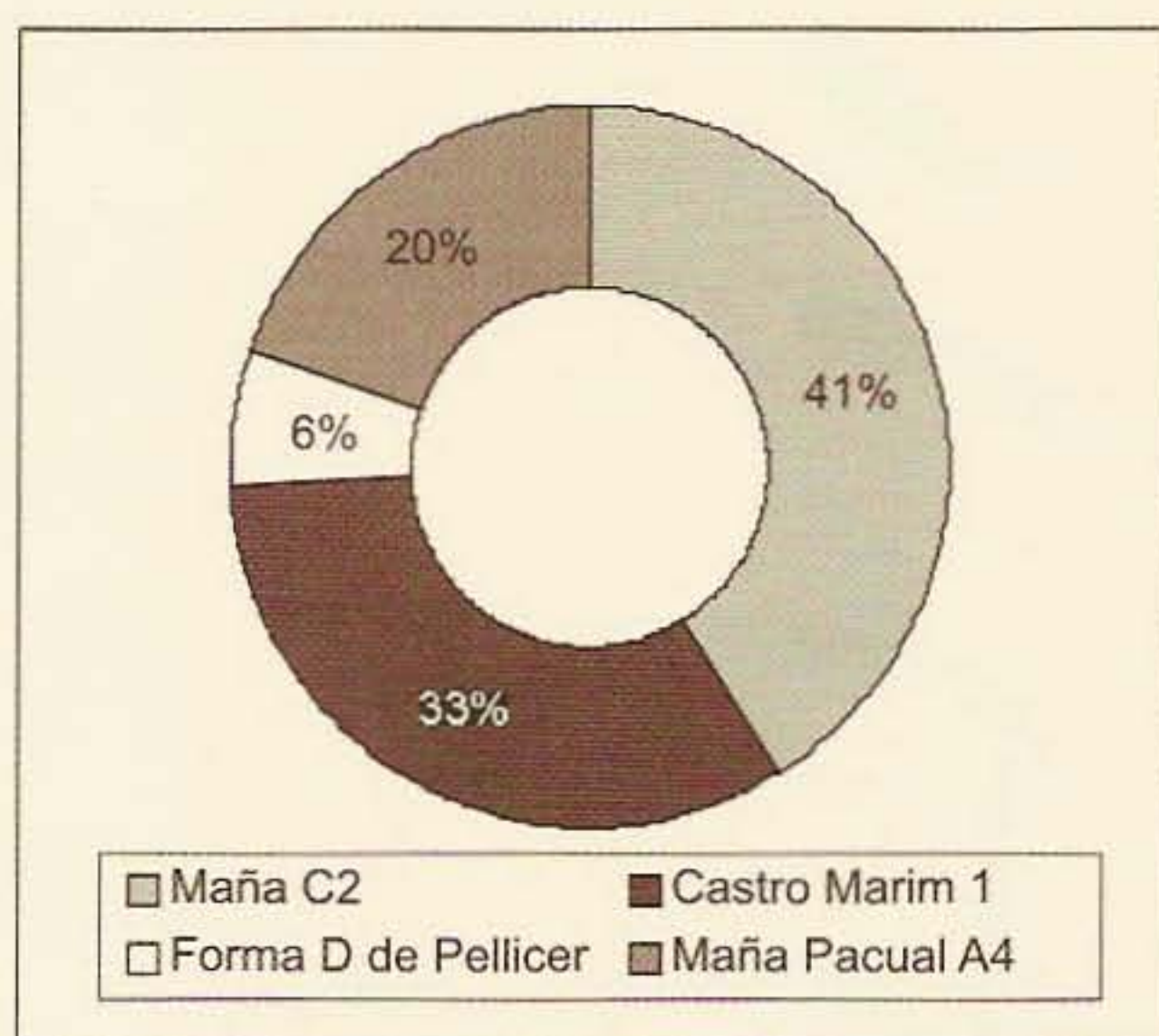


Fig. 5 - As formas púnicas de preparados de peixe de Época Republicana.

4.1.2. As formas punicizantes

4.1.2.1. As Maña Pascual A4 evoluídas

Já atrás referimos que as ânforas Maña Pascual A4 estão ainda presentes em Castro Marim durante o período tardo republicano, parecendo mesmo que o auge da importação desta forma para este sítio se pode localizar justamente nesta época. Com efeito, o número de fragmentos que pudemos identificar com este tipo anfórico é muito mais elevado nestes níveis do que nos imediatamente anteriores.

Ainda assim, devemos dizer que esta forma não é, percentualmente falando, maioritária no conjunto das que

consideramos punicizantes de época tardo republicana, correspondendo a 13% dos modelos pré-romanos.

Os bordos das ânforas desta categoria e deste período apresentam as características típicas dos tipos evoluídos, ou seja um bordo arredondado, pouco espessado internamente, e ombro de paredes rectas (Fig. 6).

Os dados de Castro Marim permitem ainda admitir, e ao contrário do que tem sido presumido, que a produção desta forma se prolongou até ao terceiro quartel do século I a.C.

As pastas, tal como nos exemplares dos séculos V a III a.C., indicam uma área produtora localizada na baía gaditana.

Tendo em consideração que este tipo tardio de Maña Pacual A4 se trata de uma evolução directa do subgrupo 11.2.1.0., o conteúdo piscícola para estas ânforas é aceite sem grandes reservas (Ramón, 1995: 266).

4.1.2.2. As formas D tardias

Nos níveis tardo republicanos do Castelo de Castro Marim, foi possível recolher ânforas que podem ser facilmente enquadráveis no tipo D4 de Pellicer. Correspondem a 4% do conjunto. Os bordos são reentrantes, ligeiramente espessados e apresentam um perfil arredondado. Sendo, ao nível dos fabricos, semelhantes às que foram encontradas em níveis da Idade do Ferro, e já anteriormente discutidas, apresentam, contudo, características morfológicas que as distinguem destas. Nas formas mais tardias, as paredes são consideravelmente mais espessas e o bordo está quase sempre separado do ombro por uma canelura, pouco profunda, ou por um ressalto, pouco acentuado (Fig. 6, nºs 33 a 35).

Ânforas idênticas foram recolhidas em Santarém, sítio em que os dados estratigráficos permitiram datar estas peças dos momentos finais da Idade do Ferro, concretamente do século III a.C.. A sua perduração até ao século I a.C. ficou também demonstrada no sítio ribatejano.

Uma mesma cronologia republicana para as D4 está igualmente atestada nos Chões de Alompé (Diogo, 1993), no Pedrão (Soares e Silva, 1973) e em Lisboa (Pimenta, 2004).

Como já referimos, quando abordámos esta mesma forma de contextos da Idade do Ferro, a área de produção não é ainda segura, mesmo que a baía de Cádiz tenha sido já proposta como o seu centro produtor por excelência (García Vargas, 1998). As pastas dos exemplares castro marinenses dão corpo a esta mesma hipótese, já que são em tudo semelhantes a outras cuja origem gaditana não parece levantar grandes dúvidas.

As observações feitas anteriormente para os possíveis conteúdos destes contentores são válidas para este período.